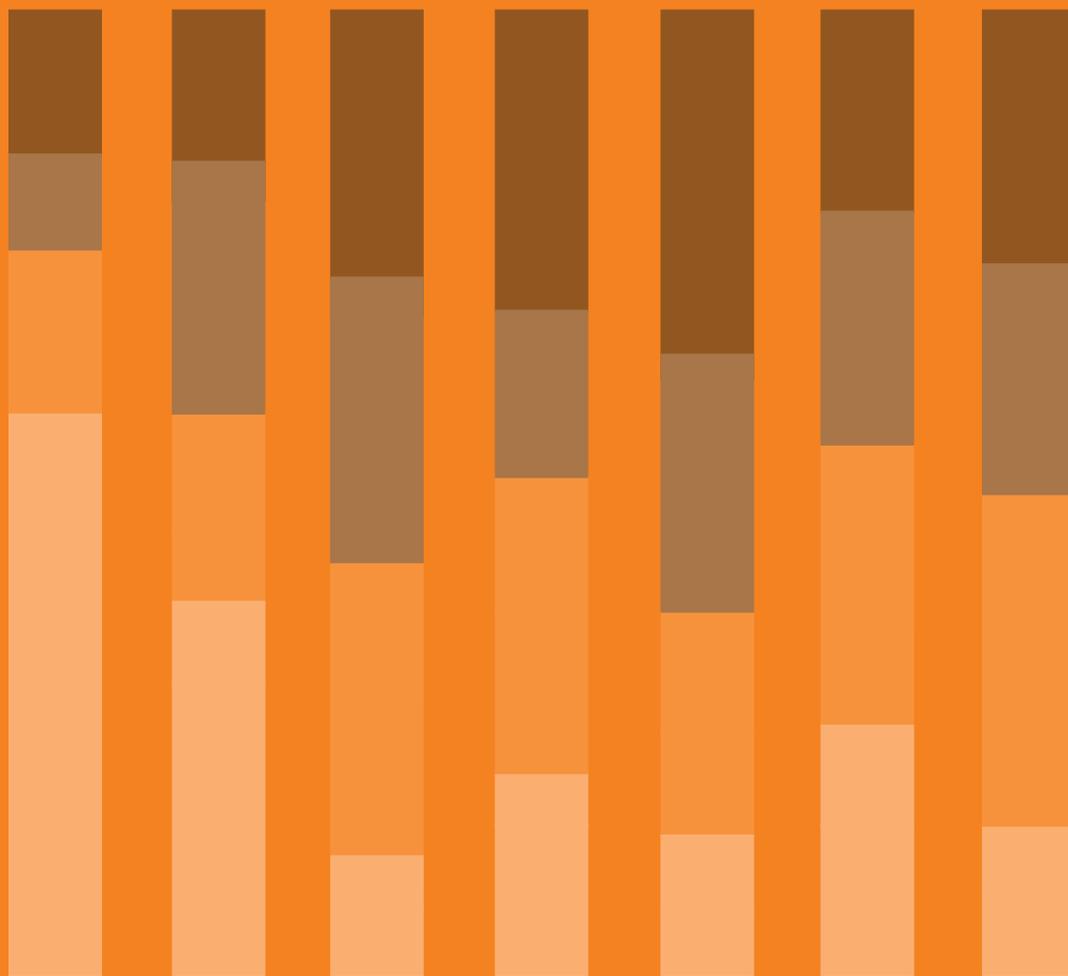


O estado das cidades no Brasil

RELATÓRIO 2000-2009



O estado das
cidades no Brasil
RELATÓRIO 2000-2009

FICHA TÉCNICA

RELATÓRIO O ESTADO DAS CIDADES NO BRASIL

COORDENAÇÃO GERAL

Aliança das Cidades

Ana Claudia Rossbach e Mariana Kara José

Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação

Inês da Silva Magalhães

Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Programas Urbanos

Celso Carvalho

Caixa Econômica Federal

Maria Teresa Peres de Souza

Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

João Coser e Marcelo Cândido

Associação Brasileira dos Municípios (ABM)

José Carlos Rassier

Banco Mundial

Ming Zhang e Sameh Nagib Wahba

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), Escritório Regional para a América Latina e o Caribe

Alberto Paranhos e Frédéric Saliez

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Eduardo Figueroa e Fernanda Magalhães

REPRESENTANTES TÉCNICOS

Ana Claudia Rossbach e Mariana Kara José (Aliança das Cidades); Júnia Santarosa e Julia Lins Bittencourt (Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação); Daniel Todtmann Montandon (Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Programas Urbanos); Carlos de Faria Coelho de Sousa (Caixa Econômica Federal); Rafael Guimarães, Gilberto Perre e Miguel Reis Afonso (Frente Nacional de Prefeitos); Jennifer J. Sara, Juliana Garrido, Sameh Naguib Wahba, Catherine Lynch e Ming Zhang (Banco Mundial); José Carlos Rassier (Associação Brasileira dos Municípios), Alberto Paranhos e Frédéric Saliez (ONU-Habitat); Fernanda Magalhães (BID).

COORDENAÇÃO EXECUTIVA INSTITUTO PÓLIS

Coordenador Executivo Geral: Nelson Saule Júnior

Coordenadores Executivos Adjuntos: Renata Milanese e Fernando Bruno

Secretaria Executiva: Beatriz Rufino

Coordenação Técnica Geral: Raquel Rolnik

Assistentes coordenação técnica geral: Danielle Klintowitz, Frederico Ramos, Paula Freire Santoro e Vanessa Marx

Concepção e coordenação da produção do banco de dados: Frederico Ramos

Eixos Temáticos:

Condições de Urbanização: Raquel Rolnik (consultora); Danielle Klintowitz e Paula Freire Santoro (equipe técnica). **Dinâmicas Econômicas Locais:** Jeroen Klink (consultor); Renata C. Boulos e Frederico Ramos (equipe técnica). **Financiamento do Desenvolvimento Urbano:** François Bremaeker (consultor); Paulo Sandroni (colaborador); Beatriz Rufino, Danielle Klintowitz, Kazuo Nakano e José Augusto Ribeiro (equipe técnica). **Gestão Pública:** Vanessa Marx (consultora); Ana Cláudia Teixeira e Osmany Porto (equipe técnica). **Rede Urbana, Contexto Geral, Categorização e Conclusões:** Raquel Rolnik (coordenação); Danielle Klintowitz, Frederico Ramos, Kazuo Nakano e Paula Santoro (equipe técnica). **Estagiários:** João Avelino e Bruno Corrêa. **Pesquisa exploratória:** Venturi Associados Consultoria em Pesquisa. **Coordenadores:** Gustavo Venturi (consultor) e Wagner Rosas.

INSTITUIÇÕES COLABORADORAS

Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap); Centro de Estudo das Metrôpoles (CEM-Cebap); Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar); Fundação Getúlio Vargas – São Paulo (FGV/SP); Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea); Instituto Florestan Fernandes (IFF); Instituto Latino-Mananciais; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Observatório das Metrôpoles – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Oficina Municipal.

PARTICIPAÇÃO DE ESPECIALISTAS EM OFICINAS

Ailton Brasileiro Pires (ANTP); Alberto Jakob (Nepo/Unicamp); Ciro Biderman (FGV); Cleandro Krause (Ipea); Eduardo Marques (CEM/Cebap); Haroldo Torres (Cebap); Eduardo Vasconcelos (ANTP); Érika Araújo; Evangelina de Oliveira (IBGE); Giorgio Romano (Aliança das Cidades); Graça das Neves (Ibam); Henrique Barandier (Ibam); Ignacio Cano (UERJ); Jan Bitoun (Observatório das Metrôpoles – UFPE); José Mario Brasileiro (Oficina Municipal); Ligia Duarte (Seade); Liana Carleial (Ipea); Marcelo Pitta (Seade); Marcelo Ribeiro (Observatório das Metrôpoles – Ippur); Marco Aurélio Costa (Ipea); Marcos Bicalho (ANTP); Maria Lucia Rafinetti Martins (Labhab/FAUUSP); Maria Teresa Augusti (IFF); Mariana Moreira (Cepam-SP); Marta Arretche (CEM/Cebap); Marussia Whately (Rede de Olho nos Mananciais); Miguel Matteo (Ipea); Mitti Koyama (Seade); Nabil Bonduki (FAUUSP); Paula Miraglia (Illanud); Paulo Januzzi (Seade); Peter Spink (FGVEAESP); Ricardo Henriques (BNDES); Roberto Pires (Ipea); Rodrigo Simões (Cedeplar – UFMG); Rosa Moura (Ippardes/ Sedurb-Paraná); Sol Garson (Observatório das Metrôpoles – UFRJ); Vânia Pacheco (IBGE).

PRODUÇÃO DE PAPERS DE APOIO À PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO

Condições de Adequação dos Domicílios por Alberto Jakob (Nepo/Unicamp).

A construção e uso de indicadores sintéticos em políticas sociais urbanas por Haroldo Torres (CEM-Cebap) e Maria Paula Ferreira (Seade).

Segurança e cidades: notas sobre o marco teórico-institucional e possíveis indicadores por Ignácio Cano (Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ), Paula Miraglia (Illanud) e Eduardo Ribeiro (Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ).

O sentido de uma amostra para o relatório O estado das cidades por Jan Bitoun (UFPE e Observatório das Metrôpoles).

O PIB dos municípios como indicador do perfil produtivo dos municípios brasileiros por Ligia Duarte e Andréia Ferreira (Seade).

Estimação do Contingente de Domicílios Inadequados por Marcelo Pitta (Seade) e Mitti Koyama (Seade).

Mobilidade urbana brasileira por Eduardo Vasconcelos (ANTP), Adolfo Mendonça (ANTP) e Marcos Bicalho (ANTP).

Variáveis de gestão pública por Roberto Pires (UFMG e Ipea).

Movimentos pendulares da população: informação necessária à categorização de cidades por Rosa Moura (Observatório das Metrôpoles – Ipardes e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, Paraná).

Capacidade de gestão como competência estratégica para ações de governo e seus indicadores e a sua relação com os conteúdos do relatório O Estado das Cidades no Brasil por Maria Teresa Augusti (IFF).

Contribuições sobre o modelo analítico, metodologia e estratégia de consolidação e cruzamento de dados por Marta Arretche (FFLCH-USP e CEM-Cebap) e Eduardo Marques (FFLCH-USP e CEM-Cebap).

Coordenação executiva



Coordenação geral



Associação Brasileira de Municípios



Frente Nacional
de Prefeitos



Banco
Mundial



Ministério das Cidades

GOVERNO FEDERAL

O estado das cidades no Brasil

RELATÓRIO 2000-2009

FICHA TÉCNICA

RELATÓRIO O ESTADO DAS CIDADES NO BRASIL

Coordenação editorial: Paula Freire Santoro

Edição e revisão de textos: Renato Cymbalista

Edição de texto sumário executivo: Danielle Klintonitz e Renato Cymbalista

Projeto gráfico e editoração: Ana Cristina Silveira/AnaCê Design

Capa: Ana Cristina Silveira/AnaCê Design

Mapas: Frederico Ramos e Paula Freire Santoro

Logomarca Relatório das Cidades: Sílvia Amstalden

A construção do indicador de adequação dos domicílios

Certamente, o “passivo urbanístico” brasileiro é muito grande, e se expressa principalmente nos assentamentos precários das grandes cidades. Há pelo menos três décadas, uma série de análises e estudos vem mostrando que as carências habitacionais não se distribuem igualmente no território, fomentando a construção de indicadores e o desenho de políticas focadas não na simples construção de moradias, mas no enfrentamento dos assentamentos precários, com a priorização dos investimentos nos locais onde o déficit habitacional é maior.

Conforme apontado no capítulo 1 deste Relatório, estamos possivelmente presenciando um novo momento no panorama das cidades brasileiras, com a redução do crescimento populacional, a conclusão do processo de urbanização, a reestruturação institucional, a mudança no perfil social, a maior disponibilidade de recursos públicos e o novo momento econômico vivido pelo Brasil. Caso confirmado, esse novo momento vai pressupor novos olhares, novas abordagens e novas respostas do ponto de vista de políticas públicas para o enfrentamento da realidade urbanística.

Sem dúvida, o país passará as próximas décadas urbanizando as milhares de favelas das maiores metrópoles e enfrentando a escassez de terras para a provisão habitacional nos locais de maior carência habitacional. Mas, em uma perspectiva otimista (para alguns, utópica), estaríamos já nos encaminhando a um horizonte em que as situações de gravidade extrema estão sendo enfrentadas.

Caso um cenário desses se confirme, quais os próximos desafios das políticas urbanas e habitacionais? É necessário atentarmos para outros processos. Precisaremos de métodos para medir outros fenômenos que se instalam no território: a redução ou reversão de processos migratórios do Norte para o Sul do país e das cidades menores rumo às metrópoles; a interiorização do crescimento; o aumento de relevância das cidades médias,

entre outros. Tais processos incidirão sobre uma rede urbana em que as cidades apresentam uma série de deficiências, e em geral um padrão de urbanização que deixa muito a desejar.

O desafio deste capítulo é focar a totalidade dos municípios brasileiros e desenvolver um método de auferir as condições de seus domicílios. Um método que possa ser aplicado ao passado e ao presente, retratando e quantificando as condições dos domicílios, que possa também ser replicada no futuro, medindo possíveis avanços (ou retrocessos) relacionados às políticas e à situação atual.

Para evitar a árdua e custosa tarefa da produção de novos dados, principalmente em se tratando de um país com dimensões territoriais como o Brasil, a escolha foi pela utilização de dados já existentes – e com previsão de atualização periódica no futuro. A escolha foi pela base de dados mais tradicional: o Censo do IBGE a partir de seus microdados, ou seja, os dados desagregados no nível de cada domicílio.

Alguns fatores pesaram para essa escolha: a existência de dados para todos os municípios brasileiros; a possibilidade de estabelecimento de séries históricas tanto em relação ao passado quanto em relação ao futuro, com os dados a serem produzidos na versão de 2010 do Censo e assim por diante; e a existência de dados de caráter intersetorial que podem ser processados de forma integrada. A base de dados do Censo permite também leituras em todas as escalas, desde o domicílio – cada domicílio visitado pelos recenseadores é registrado e seus dados podem ser cruzados, permitindo uma leitura que capta simultaneamente características da moradia e alguns aspectos da infra-estrutura urbana – até o país como um todo. Para as análises deste Relatório, priorizamos a escala municipal. Embora os dados do Censo sejam confiáveis e ofereçam a garantia de replicagem nas próximas décadas, dois desafios decorrem dessa escolha: um deles – de ordem conjuntural, relacionada ao momento de elaboração deste Relatório – é a desatualização dos dados, pois os microdados que temos disponíveis remetem ao ano 2000. Isso produz dificuldade de captar a dinâmica de transformação desse indicador nos anos 2000, já que nenhum outro indicador ou sistema de informação possibilitaria a leitura universal propiciada pela tabulação especial dos dados do censo. Procuramos enfrentar esse problema utilizando técnicas de projeção a partir dos dados da PNAD,⁸ o que nos permitiu algumas inferências, mas não a produção de um quadro detalhado. Como a ideia é alavancar uma reflexão e intervenções de médio prazo, o pressuposto é a replicação das análises considerando os dados obtidos no censo de 2010, cujos microdados levam ainda algum tempo antes de serem disponibilizados publicamente. O segundo desafio é de caráter metodológico. Embora o Censo apresente dados sobre a qualidade das unidades habitacionais, as condições de ocupação dessas

8 Foram feitas projeções das variáveis consideradas na composição do índice de condições dos domicílios de 2000, cuja fonte foi o Censo Demográfico do IBGE, com base nos resultados obtidos junto à PNAD em 2006 e 2008, como descrito adiante.

unidades, a presença de saneamento e de infraestrutura urbana, ele não permite leituras sobre fatores como transporte e mobilidade, presença de equipamentos, áreas verdes e condições ambientais, entre outros. Trata-se de lacuna que merece um enfrentamento nas próximas edições do Censo.

O INDICADOR

Além de dados sobre os moradores de cada domicílio no país, o Censo nos oferece um conjunto de informações referentes ao próprio domicílio, permitindo-nos a qualificação de suas condições com bastante precisão, e oferecendo a possibilidade de atualizações periódicas. A partir desses dados, foi desenvolvido o indicador de adequação dos domicílios aqui utilizado. Para sistematizar as condições de adequação dos domicílios foram utilizadas oito variáveis contidas nos microdados do Censo 1991 e 2000 de cada domicílio: abastecimento de água, iluminação do domicílio, es-

TABELA 1

Critérios de adequação adotados em cada variável

	VARIÁVEL	CARACTERÍSTICA
URBANO	abastecimento de água (água)	rede geral canalizada em pelo menos um cômodo
	iluminação elétrica (luz)	possui
	instalação sanitária (esgoto)	rede geral
	lixo (lixo)	coletado por serviço de limpeza diretamente
	número de banheiros (banheiro)	maior que 0
	espécie de domicílio (espécie)	particular permanente
	localização do domicílio (localização)	localizado fora de aglomerado subnormal
	densidade de moradores por cômodo (densidade)	menor ou igual a 2
RURAL	abastecimento de água	rede geral canalizada em pelo menos um cômodo poço ou nascente com canalização interna
	iluminação elétrica	possui
	instalação sanitária	rede geral fossa séptica
	lixo	coletado por serviço de limpeza direta ou indiretamente queimado
	número de banheiros	maior que 0
	espécie de domicílio	particular permanente
	localização do domicílio	localizado fora de aglomerado subnormal
	densidade de moradores por cômodo	menor ou igual a 2

Fonte: Elaboração própria a partir das variáveis dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000. Entre parênteses estão os termos que serão utilizados neste texto.

gotamento sanitário, manejo do lixo, espécie e localização do domicílio, densidade de moradores por cômodo e número de banheiros no domicílio.

A metodologia de construção do indicador de adequação dos domicílios foi desenvolvida originalmente em 1996 a partir de dados pesquisados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, coordenada por Neide Patarra⁹ e depois aperfeiçoada para os dados dos censos demográficos de 1991 e 2000 por Aurílio Caiado, com o apoio do Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp (Nepo).¹⁰ Neste Relatório, a metodologia e o tratamento dos dados foi rediscutida nas oficinas com a rede de pesquisadores/especialistas e, posteriormente, os dados foram processados pela equipe técnica do Nepo.

Foram utilizadas oito variáveis dos microdados dos censos 1991 e 2000: abastecimento de água, iluminação do domicílio, esgotamento sanitário, manejo do lixo, espécie e localização do domicílio, densidade de moradores por cômodo e número de banheiros no domicílio.

As informações censitárias foram classificadas de forma binária, sendo o domicílio considerado *adequado* ou *inadequado* em cada uma das oito variáveis. A metodologia completa utilizada para os questionários do Censo de 1991 e 2010 encontra-se relatada no anexo metodológico deste Relatório¹¹, e a Tabela 1 mostra uma síntese dos critérios, pactuados nas oficinas, para que os domicílios fossem considerados adequados em cada variável, com especificidades para os domicílios situados em áreas urbanas ou rurais.

Em relação à variável “água”, considerou-se como adequado o domicílio urbano que possui água a partir de rede geral e canalizada em pelo menos um cômodo, e inadequado outro tipo de abastecimento, como poço, nascente ou outra forma de abastecimento; e o domicílio rural que possui água de rede ou poço ou nascente e que possui água canalizada em pelo menos um cômodo, ou seja, onde não é necessário caminhar para ir buscar água para abastecer o domicílio.

Em relação a “esgoto”, considerou-se adequado o domicílio urbano cujo escoadouro do banheiro é ligado à rede geral de esgoto ou à rede pluvial. Embora do ponto de vista ambiental a conexão em rede pluvial não seja adequada, estamos medindo aqui o afastamento do esgoto em relação ao domicílio. Foram consideradas inadequadas soluções como fossa séptica, fossa rudimentar, vala ou despejo em rio, lago ou mar. Embora a fossa séptica possa ser considerada como “afastamento do esgoto”, sua presença em áreas urbanas, normalmente densas, tem grande potencial de contaminação. Em relação a domicílios rurais, fossas sépticas foram consideradas adequadas, mas fossas rudimentares não, pois não garantem condições de salubridade, sobretudo porque no rural o abastecimento por poço (que pode estar localizado junto à casa) também foi considerado adequado.

⁹ Aurílio S.C. Caiado, “Metrópoles, cidades médias e pequenos municípios paulistas: estudo comparado da qualidade de vida e dinâmica socioespacial”. In: Neide Patarra et al. (orgs.), Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 1997, v. 1, p. 115-152.

¹⁰ Raquel Rolnik (coord.), Regulação Urbanística e Solo Urbano para Habitação de Interesse Social. Relatório de pesquisa, FAU-USP/Fapesp/Lincoln Institute of Land Policy, 2009.

¹¹ Alberto Jacob e Danielle Klintonowicz, “Nota metodológica Condições de Adequação dos Domicílios” apresentada ao Relatório do Estado das Cidades Brasileiras em dezembro de 2009. Ver nas Notas Metodológicas, em anexo neste Relatório.

Em relação à variável “luz”, considerou-se como adequado o domicílio que tem iluminação elétrica. A pergunta refere-se apenas ao domicílio, não abrangendo a iluminação na rua ou via de acesso.

Em relação a “lixo”, considerou-se adequado o domicílio urbano em que o lixo é coletado diretamente, e não coletado indiretamente, queimado, enterrado, jogado em terreno baldio, rio, lago ou mar.

Em relação aos domicílios rurais, considerou-se adequado aquele em que o lixo é coletado diretamente, indiretamente ou queimado. Não se considerou adequado o domicílio que enterra o lixo, por ser essa uma forma com grande potencial de contaminação do entorno. Não é considerada a destinação final do lixo e sua forma de tratamento ou reciclagem, em função da não disponibilidade dessa informação no Censo.

Em relação a “banheiros”, considerou-se adequado o domicílio que tem ao menos um banheiro, ou seja, apenas domicílios sem banheiro foram considerados inadequados.

A variável “espécie de domicílio” identifica se este é particular permanente, particular improvisado ou coletivo (cômodo em cortiço). Considerou-se adequado o domicílio particular permanente, seja casa, apartamento ou qualquer outra modalidade. Foram considerados inadequados os domicílios coletivos e improvisados. Uma das limitações nessa variável é a ausência de informações sobre o material utilizado na construção das casas, questão presente no Censo de 1991 e ausente no de 2000.

Na variável “localização”, foi considerado inadequado o domicílio localizado em aglomerado classificado como subnormal pelo IBGE, e adequado quando em todas as demais localizações.¹² Essa variável apresenta algumas limitações,¹³ no entanto as informações relacionadas ao universo de domicílios dos setores de aglomerados subnormais podem ser consideradas uma referência válida (embora subdimensionada) do fenômeno da precariedade dos assentamentos urbanísticos. Por esta razão optou-se por usá-la neste trabalho.

Em relação à “densidade” de moradores por cômodo, considerou-se adequado o domicílio que apresenta até dois moradores por cômodo, considerando-se “cômodos” todas as divisões da casa com exceção da cozinha e do banheiro, ou seja, estes dados podem considerar, inclusive, moradores dormindo na sala.

Há algumas semelhanças e diferenças entre o indicador de adequação domiciliar e um dos indicadores que vem sendo amplamente utilizado nas políticas habitacionais no Brasil: o cálculo do déficit habitacional feito periodicamente pela Fundação João Pinheiro (FJP), que também utiliza dados censitários.¹⁴ O indicador do déficit habitacional é instrumento fundamental nas atuais políticas urbanas e habitacionais, na medida em que permite a identificação de situações de maior precariedade urbana e

12 O IBGE conceitua os setores censitários como aglomerados subnormais quando identifica as seguintes características: um conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Estes não representam todo o universo de assentamentos precários existente no país. Os critérios adotados para a delimitação de tais unidades levam em consideração a área a ser percorrida por um único recenseador, bem como as dificuldades inerentes à realização das entrevistas, e, se o município não possuir características acentuadas de alta densidade, pode ocorrer um subdimensionamento significativo do fenômeno.

13 Eduardo Marques (coord.), Assentamentos precários no Brasil urbano (Brasília, Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades e CEM-Cebrap, dez. 2007) dialoga com as limitações do conceito de aglomerado subnormal do IBGE. Faz estimativas e cartografia dos assentamentos precários, em escala intra-urbana, para um conjunto de 561 municípios que englobavam cerca de 98% dos setores censitários classificados como subnormais. O estudo chega à conclusão de que o IBGE subdimensiona o número de domicílios em assentamentos subnormais. A falta de dados para o conjunto dos municípios e a ausência de dados desagregados no nível do domicílio impede a inclusão dos dados desse estudo nos indicadores deste Relatório.

14 Déficit Habitacional no Brasil, 2007. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Fundação João Pinheiro, Brasília, 2009.

habitacional, permitindo, assim, o direcionamento de políticas, recursos e subsídios de forma diferenciada.

Aqui, a perspectiva é de qualificação da situação dos domicílios do conjunto dos municípios, e também a proposição de um indicador que possa ser desagregado em qualquer escala, e replicável no tempo. Assume um viés otimista: o de que, a médio prazo, poderemos ser mais exigentes na definição daquilo que é adequado ou inadequado em termos de condições de adequação. Nesse sentido, este Relatório é mais restritivo do que os cálculos da Fundação João Pinheiro em alguns aspectos, como a quantidade de pessoas por cômodo e o fato de considerarmos a existência de fossa séptica no meio urbano uma condição inadequada.

As informações referentes às oito variáveis acima foram agrupadas em quatro temas: “água e luz”; “lixo e esgoto”; “cômodos” (reunindo a densidade do domicílio e o número de banheiros) e “localização” (reunindo a espécie e a localização do domicílio). Essas são as quatro componentes do que consideramos a adequação do domicílio às condições mínimas de ocupação. A partir disso foi construída uma matriz, denominada “matriz de adequabilidade”, que classifica cada domicílio pelo respectivo nível de adequação.

A MATRIZ DE ADEQUABILIDADE

Considerando as quatro componentes da adequação do domicílio às condições mínimas de ocupação, foi elaborada uma matriz que classifica cada domicílio com zero, uma, duas, três ou quatro inadequações. Se um dos dois componentes da variável é considerado inadequado, toda ela é considerada inadequada. Assim, em um domicílio com iluminação adequada, mas com abastecimento inadequado, a variável “água e luz” é toda ela considerada inadequada. O mesmo ocorre em relação às demais variáveis.

A primeira grande divisão na amostra foi dividir os domicílios do município em “adequado” ou “inadequado”. Considerando que os níveis de adequação referem-se a condições mínimas de ocupação, e que a sociedade tem o objetivo de garantir condições mínimas de adequação em 100% dos domicílios de cada município, as análises desta pesquisa consideraram adequados apenas os domicílios com zero inadequação. Entre os domicílios inadequados, foram identificados os graus de inadequação às condições mínimas de ocupação, distinguindo uma, duas, três e quatro inadequações.

Os dados dos censos 1991 e 2000 foram processados conforme os critérios acima, e foi montada a chamada “matriz de adequabilidade” para todos os domicílios do país, considerando os graus de inadequação para

cada município (de 1 a 4), discriminando os domicílios rurais e urbanos, e levando em conta também os grupos de cidades e os Territórios adotados por este Relatório, conforme descritos no capítulo 1. Dessa forma, foi possível identificar a evolução das condições dos domicílios em cada município, grupo de cidades e Território.

Na evolução das condições dos domicílios no período 1991-2000, foram desconsiderados os municípios que se desmembraram no período, pois não foi possível construir a série histórica dos domicílios que pertenciam a um só município em 1991 e estavam desmembrados em 2000. Assim dos 5.507 municípios apontados pelo Censo de 2000, trabalhou-se com 3.579 municípios.

Para efeito deste Relatório foram consideradas as divisões entre rural e urbano propostas pelo IBGE presentes nos censos demográficos de 1991 e 2000, que se baseiam nas leis municipais que definem os perímetros urbanos em cada cidade. Este critério é questionado por alguns autores, que afirmam que o Censo superestima a população urbana no país.¹⁵

Ainda assim, mesmo considerando esse possível superdimensionamento das áreas urbanas, este trabalho optou, como decisão metodológica, por utilizar os dados do IBGE, única referência que contém os dados demográficos associados ao território para a totalidade dos municípios brasileiros.

Com o objetivo de subsidiar a elaboração de hipóteses sobre as mudanças ocorridas na década de 2000, antecipando-se aos resultados do Censo 2010, e para dialogar com os demais eixos de estudo deste Relatório, foram feitas projeções das condições dos domicílios para 2008.

Os dados referentes a 2008 foram agregados pelas chaves de análise deste Relatório: por grupos de cidades e por Territórios. Essa análise agregada corresponde à leitura possível desses dados, uma vez que as PNADs apresentam as mesmas informações que o Censo 2000. Como a PNAD é realizada a partir de uma amostragem, e prioriza as regiões metropolitanas e grandes centros, foi possível construir estimativas para os estados – mas não para cada município – mediante um estudo específico, que produziu as projeções utilizadas para 2008.¹⁶

15 José Eli da Veiga, *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: Editores Associados, 2002; Lívia B. Miranda, "Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios". XIII Encontro Nacional da Anpur. Florianópolis, Anpur, 2009 (cd-rom).

16 Marcelo Pitta e Mitti Koyama, "Estimação do contingente de domicílios inadequados". Artigo apresentado para a construção do Relatório do Estado das Cidades Brasileiras, dez. 2009. O procedimento seguiu a metodologia conhecida como Structure Preserving Estimation (SPREE), em que duas fontes de dados são combinadas – no caso, o Censo 2000 e as PNADs 2006 e 2008 – para a obtenção de informações atualizadas para microrregiões administrativas do IBGE.

Resultados: a adequação dos domicílios brasileiros

MELHORIAS PROGRESSIVAS NAS CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

Os dados de 1991 mostram um Brasil com baixas condições em seus domicílios: dos 35,5 milhões de domicílios então existentes, 27,4 milhões apresentavam alguma inadequação, e apenas 8 milhões (22,74%) tinham todas as condições básicas de adequação. Mais da metade dos municípios do país (52,61%) não apresentava nenhum domicílio totalmente adequado, e o município mais bem situado no levantamento apresentava 72,08% de domicílios totalmente adequados.

A década de 1990 mostrou um avanço nas condições de adequação dos domicílios no Brasil – ainda que sobre uma base extremamente precária. O número de domicílios adequados praticamente dobrou em 9 anos, passando de 8 milhões para 15 milhões. O número de municípios que não possuíam nenhum domicílio adequado sofreu uma grande redução, revelando que a maior parte dos municípios brasileiros passou por transformações positivas na década.

Ainda assim, o retrato das condições dos domicílios em 2000 permanecia bastante precário. A maioria dos municípios (cerca de 72,1% em 1991 para 57% em 2000) ainda permanecia nas faixas de 0% a 10% de domicílios adequados. Apenas 33% dos domicílios do Brasil eram totalmente adequados e 30,5 milhões de domicílios tinham alguma inadequação. Enquanto cerca de 10 milhões de domicílios novos foram criados na década, conquistaram-se apenas 7 milhões de domicílios adequados, ou seja, uma proporção significativa dos domicílios foi produzida com alguma inadequação. Em 2000, o município que tinha o maior percentual de adequabilidade apresentava não mais do que 87,2% de domicílios totalmente adequados, e apenas 8% dos municípios apresentavam mais que 60% dos domicílios adequados (sobre 1,47% em 1991).

TABELA 2

Condições de adequação dos domicílios no Brasil (1991 e 2000)

Síntese dos dados	1991	2000
Total de domicílios no Brasil	35.435.416	45.506.983
Total de domicílios adequados no Brasil	8.058.718	15.015.826
Porcentagem de domicílios adequados	22,74%	33,00%
Total de municípios com 0% de domicílios adequados	2.362	913
% de municípios com 0% de domicílios adequados	52,61%	16,58%
Máxima % de domicílios adequados em um município	72,00%	87,20%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

GRÁFICOS 1 E 2

Distribuição dos municípios brasileiros por faixas de adequabilidade dos domicílios

- 0 a 10%
- 10,1 a 20%
- 20,1 a 30%
- 30 a 45%
- 45 a 60%
- mais que 60%

Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

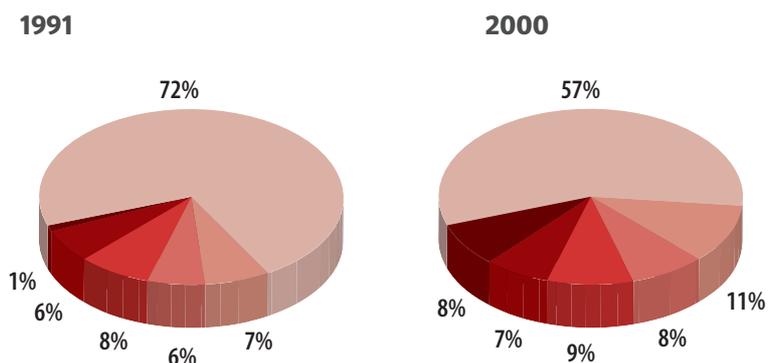


TABELA 3

Percentual médio de adequação dos domicílios por grupos de cidades (1991 e 2000)

PERÍODO	Grandes polos em áreas conurbadas (G1)	Periferias dos grandes polos (G1p)	Polos regionais conurbados (G3)	Periferias dos polos regionais (G3p)	Grandes cidades isoladas (G5)	Centros subregionais (G6)	Localidades (G7)
1991	34,0%	21,6%	30,5%	21,0%	25,0%	17,8%	9,0%
2000	43,2%	24,3%	41,3%	30,7%	35,7%	32,1%	17,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

A ADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO A DIVERSIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS

A análise por grupos de cidades em 2000 mostra melhoras em todos os grupos, ainda que a situação relativa tenha permanecido semelhante.

As piores situações aparecem com mais intensidade nas Localidades (G7), geralmente municípios de pequeno porte populacional, com médias de adequação que passaram de 9% em 1991 a 15% em 2000. Em 1991, 72% dos municípios nessa faixa possuíam entre 0 e 10% de domicílios adequados. Trata-se do maior grupo do ponto de vista quantitativo, com mais de quatro mil cidades, e também daquele com maior diversidade interna. Em 2000, 7% das Localidades (G7) tinham mais de 60% de domicílios adequados, incluindo o município com o maior percentual de adequação (87,19%). Tal fato reforça a tese levantada no capítulo 1, de que não se pode considerar apenas o porte populacional como elemento definidor para políticas de desenvolvimento urbano.

As melhores condições aparecem nos Grandes Polos Conurbados (G1), Polos Regionais Conurbados (G3) e Grandes Cidades Isoladas (G5), que tinham as melhores médias de adequação em 2000, 41,3% e 35,7%, respectivamente, e apresentavam mais municípios nas faixas percentuais mais altas. Assim como as condições dos Polos Regionais (G3) são muito parecidas com as dos Grandes Polos Conurbados (G1), as condições apresentadas pelas periferias destes (G3p) melhoraram mais do que as das Periferias dos Grandes Polos (G1p), aumentando as diferenças entre as periferias dos grandes polos e as dos polos regionais na década.

A média de adequação das Periferias dos Grandes Polos (G1p) elevou-se, ficando nas duas datas acima da média nacional (22% em 1991 e 33% em 2000), mas o grupo não apresenta nenhum município com mais de 60% de adequação. O município desse grupo com melhores condições de adequação apresenta 59,3% de domicílios adequados em 2000, e seu equivalente em 1991 tinha 46,9% de domicílios adequados.

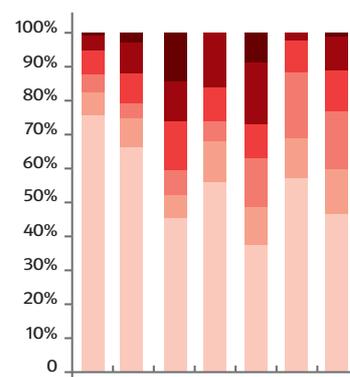
Os Grandes Polos Conurbados (G1) avançam em relação a 1991, quando o município com melhores condições de adequação possuía 67% de domicílios adequados, e 13% dos municípios tinham 0% de domicílios adequados. Em 2000 o maior percentual apresentado no grupo era de 76,9% de domicílios adequados, e apenas 0,8% dos municípios tinham 0% de domicílios adequados. Os maiores avanços na década foram registrados nas periferias dos grandes polos (G1p) e nas periferias dos polos regionais (G3p).

A projeção para o período 2000-2008 revela uma significativa evolução nas condições de adequação dos domicílios, em todos os grupos de cidades. A média nacional de domicílios adequados elevou-se de 33% em 2000

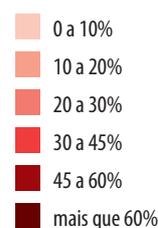
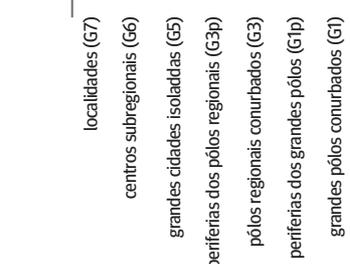
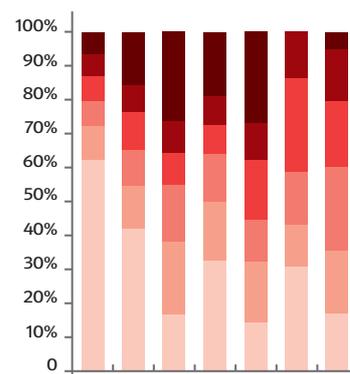
GRÁFICOS 3 E 4

Distribuição dos municípios por faixa de adequabilidade por grupos de cidades

1991



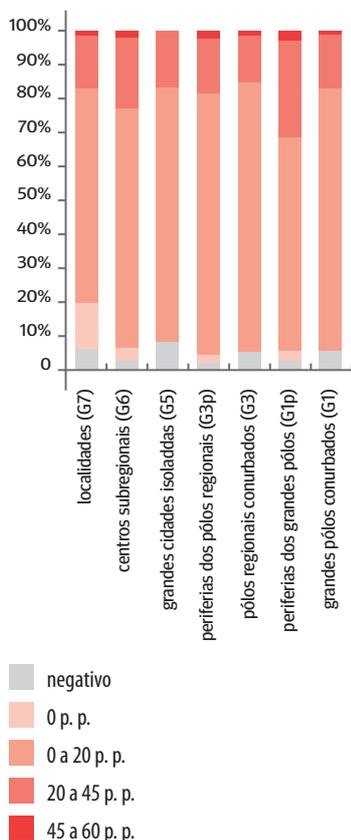
2000



Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

GRÁFICO 5

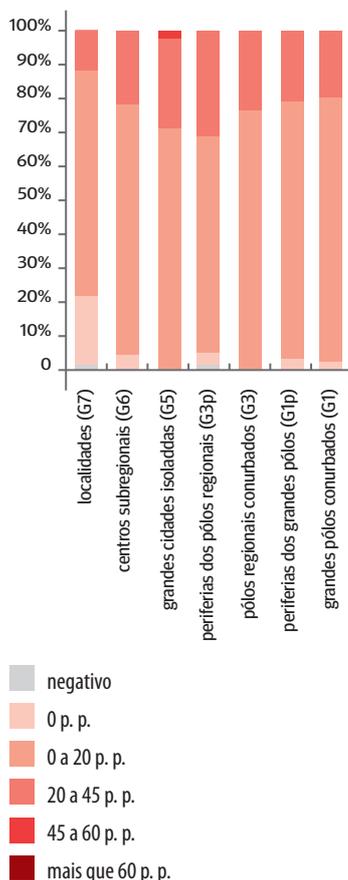
Variação percentual da adequação domiciliar nos grupos de cidades (1991-2000)



Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

GRÁFICO 6

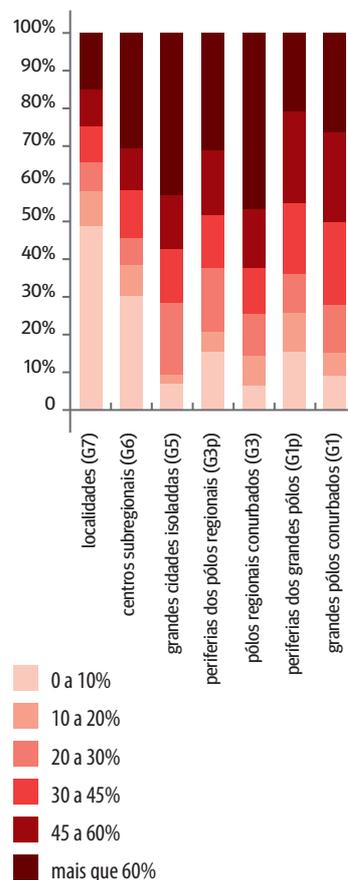
Variação percentual da adequação domiciliar nos grupos de cidades (2000-2008)



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e de projeção especial da PNAD IBGE 2008.

GRÁFICO 7

Distribuição dos municípios por faixa de adequação nos grupos (Projeção 2008)



Fonte: Elaboração própria a partir de projeção especial da PNAD IBGE 2008.

TABELA 4

Percentual médio de adequação dos domicílios por grupos de cidades (2000 e Projeção 2008)

PERÍODO	Grandes polos em áreas conurbadas (G1)	Periferias dos grandes polos (G1p)	Polos regionais conurbados (G3)	Periferias dos polos regionais (G3p)	Grandes cidades isoladas (G5)	Centros subregionais (G6)	Localidades (G7)
2000	43,2%	24,3%	41,3%	30,7%	35,7%	32,1%	17,0%
2008	58,7%	39,8%	56,7%	47,2%	52,7%	49,6%	33,4%

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e projeção especial da PNAD IBGE 2008.

TABELA 5

Percentual de municípios com mais de 60% de domicílios adequados em 2000 e na projeção 2008 por grupos

	2000	Projeção 2008
Grandes polos conurbados	5%	26%
Periferias dos grandes polos	0%	21%
Polos regionais conurbados	27%	47%
Periferias dos polos regionais	19%	31%
Grandes cidades isoladas	26%	43%
Centros subregionais	16%	30%
Localidades	7%	15%

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e PNAD IBGE 2008.

para 45% em 2008. Não só permanece a progressão das melhoras, mas o ritmo dessa progressão parece ter se acelerado no início do século XXI.

Embora as médias mostrem avanços positivos, há um pequeno grupo de municípios que apresentou uma ligeira piora nas condições dos domicílios no período 1991-2000 (gráfico 5). Todos os grupos apresentaram variações muito parecidas, em torno de 15%, e as grandes cidades isoladas (G5) foram as que tiveram a maior variação positiva (gráfico 6).

Percebe-se, ainda, um aumento significativo do número de municípios com mais de 60% de adequação em todos os grupos, mesmo nos grupos Grandes Polos Conurbados (G1), Periferias dos Grandes Polos (G1p) e Localidades (G7), que apareciam muito abaixo dos demais. Continuam apresentando as melhores situações as cidades isoladas (G5) e os Polos Regionais (G3), com médias acima das dos demais grupos, menos municípios nas menores faixas percentuais de adequação, e mais municípios com mais de 60% de domicílios adequados.

Observando a distribuição regional, verificamos que o percentual de adequação está muito mais influenciado pelo território em que se insere o município do que pela inserção em determinado grupo de cidades ou pelo porte populacional, fato que fica muito evidente nos grandes polos em áreas conurbadas (G1) e periferias de grandes polos (G1p).

Os mapas 11 e 12 mostram a porcentagem de domicílios adequados no país, revelando a persistência das diferenças nas condições dos domicílios nas diferentes regiões. Os melhores percentuais de adequação estão claramente concentrados no Sudeste, expandindo-se rumo ao Centro-Oeste em 2000.

O Sudeste possui condições excepcionais em relação ao país. Em 1991, sua média de adequação (40,4%) era quase duas vezes maior que a média brasileira (22,74%), e em 2000 (51%) pouco menos que o dobro da média

MUNICÍPIOS NUMERADOS

BELÉM

1. Marituba
2. Ananindeua

SALVADOR

1. Madre de Deus
2. São Francisco do Conde
3. Lauro de Freitas
4. Simões Filho
5. Dias D'ávila
6. São Sebastião do Passé

RECIFE

1. Abreu e Lima
2. Camaragibe
3. Itapissuma

GOIÂNIA E BRASÍLIA

1. Nerópolis
2. Goiânia
3. Senador Canedo
4. Aparecida de Goiânia
5. Caldazinha
6. Novo Gama
7. Sto. Antônio do Descoberto
8. Cidade Ocidental
9. Águas Lindas de Goiás
10. Alexânia

BELO HORIZONTE

1. Vespasiano
2. Prudente de Morais
3. Capim Branco
4. Confins

5. São José da Lapa

6. Igarapé
7. Mateus Santos
8. São Joaquim de Bicas
9. Sarzedo

RIO DE JANEIRO

1. Sto. Antônio do Descoberto
2. Japeri
3. Seropédica
5. Queimados
6. Nova Iguaçu
7. Belfort Roxo
8. Nilópolis
4. Niterói
3. São Gonçalo

PORTO ALEGRE

1. Sapucaia do Sul
2. Esteio
3. Nova Sta. Rita
4. Canoas
5. Cachoeirinha
6. Alvorada
7. Eldorado do Sul

CURITIBA

1. Fazenda Rio Grande
2. Pinhais
3. Colombo
4. Campina Grande do Sul
5. Almirante Tamandaré
6. Campo Largo
7. Itaperuçu

SÃO PAULO

1. Diadema
2. São Caetano do Sul
3. Santo André
4. Mauá
5. Ribeirão Pires
6. Rio Grande da Serra
7. Ferraz de Vasconcelos
8. Poá
9. Suzano
10. Itaquaquecetuba
11. Arujá
12. Bom Jesus dos Perdões
13. Morungaba
14. Francisco Morato
15. Franco da Rocha
16. Caieiras
17. Cajamar

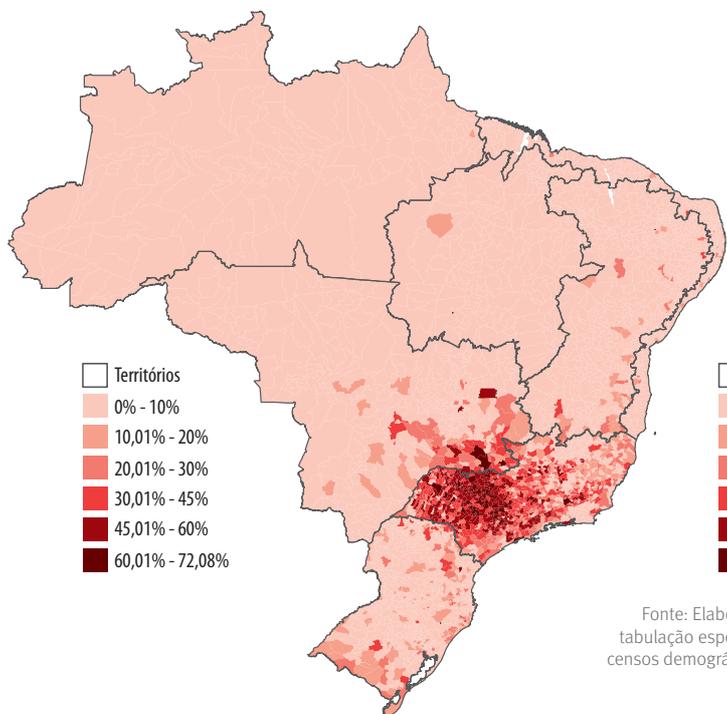
18. Santana de Parnaíba

19. Pirapora do Bom Jesus
20. Araçariçuama
21. Mairinque
22. Alumínio
23. Osaco
24. São Lourenço da Serra
25. Embu-Guaçu
26. Itapeerica da Serra
27. Itapevi
28. Vargem Grande Paulista
29. Taboão da Serra
30. Jandira
31. Barueri
32. Carapicuíba

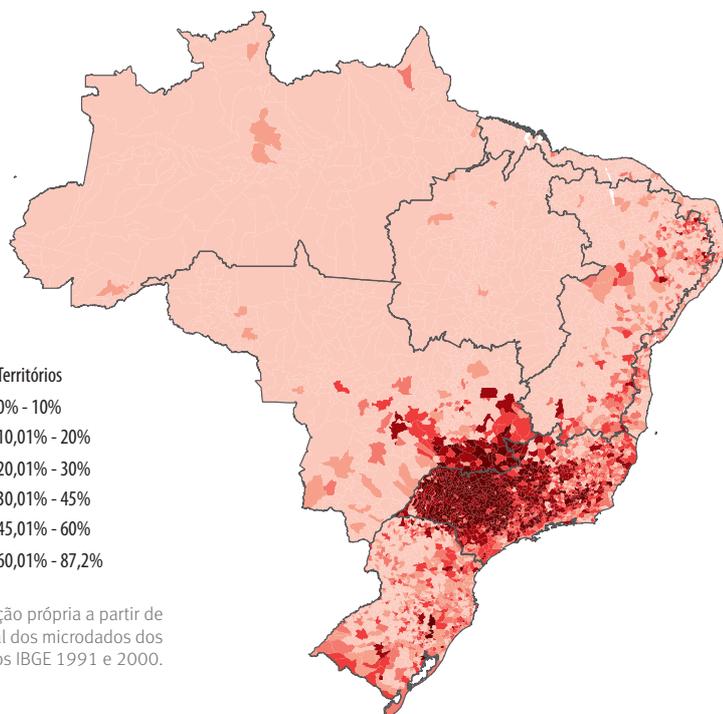
MAPAS 11 E 12

Percentual de domicílios adequados

1991



2000



Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

brasileira (33%). Esses dados mostram que está diminuindo a diferença entre as condições do Sudeste e a média do país, embora o Sudeste ainda permaneça em melhor situação e bem dinâmico. O Sudeste possui 42% dos domicílios do país e 2/3 dos domicílios adequados. Se excluirmos o Sudeste, a média brasileira cai para 19%. Entretanto, mesmo nessa região, apenas metade dos domicílios estavam adequados em 2000.

Em 2000 a porção do Território Centro-Oeste mais próxima do Sudeste mostrou um grande aumento no número de municípios com melhores condições de adequação nos domicílios. É possível levantar a hipótese da existência de “dois Centro-Oestes”: na fronteira com o Sudeste, com as mesmas características de seu vizinho, e ao norte, com condições de adequação dos domicílios muito precárias assemelhando-se ao território da Amazônia.

A MELHORA DAS CONDIÇÕES NOS DOMICÍLIOS OCORRE SOBRE OS TERRITÓRIOS QUE JÁ POSSUÍAM MELHORES CONDIÇÕES

Dos municípios brasileiros, 82,6% mostraram alguma melhora nas condições de seus domicílios na década de 1990 e apenas 5% apresentaram piora nas condições de seus domicílios na década de 1990.

O Mapa 13 revela que as maiores variações ocorreram onde já havia melhores condições. O Território Sudeste é o destaque positivo: apresentou melhora em 95,58% de seus municípios (1.080); melhoras em graus consideráveis, entre 0,1 e 20% em 720 municípios e entre 20 a 45% em 329 deles.¹⁷ Territórios onde os domicílios estavam em piores condições – Amazônia, Centro-Norte e Semi-Árido Nordeste – apresentaram um número considerável de municípios que pioraram suas condições.

Esse quadro aponta para uma situação que merece ser mais bem conhecida e enfrentada: o fato de poucos municípios no Sudeste terem assistido à regressão das condições de seus domicílios mostra que na década de 1990 o Estado já se encontrava estruturado nessa região, a ponto de enfrentar melhor os desafios da adequação dos domicílios. Por outro lado, os municípios na Amazônia e no Centro-Norte, cuja situação domiciliar deteriorou-se, possivelmente encontram-se nas fronteiras de expansão agrícola e/ou urbana, com crescimento populacional acelerado, resultando em domicílios de baixa qualidade.

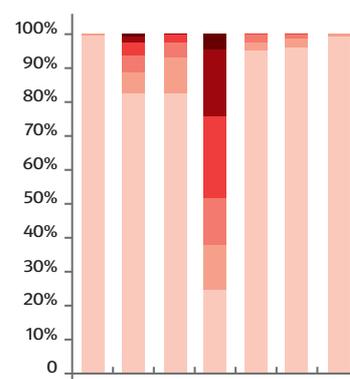
O ESPRAIAMENTO DAS BOAS CONDIÇÕES DE ADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

Os mapas 14 e 15 evidenciam um “espraiamento” das melhores condições de adequação dos domicílios, a partir das áreas que já se encontravam em melhores condições em 1991.

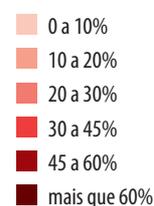
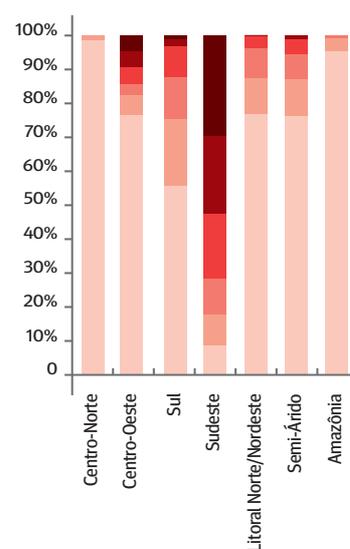
GRÁFICOS 8 E 9

Distribuição dos municípios por faixa de adequação por territórios

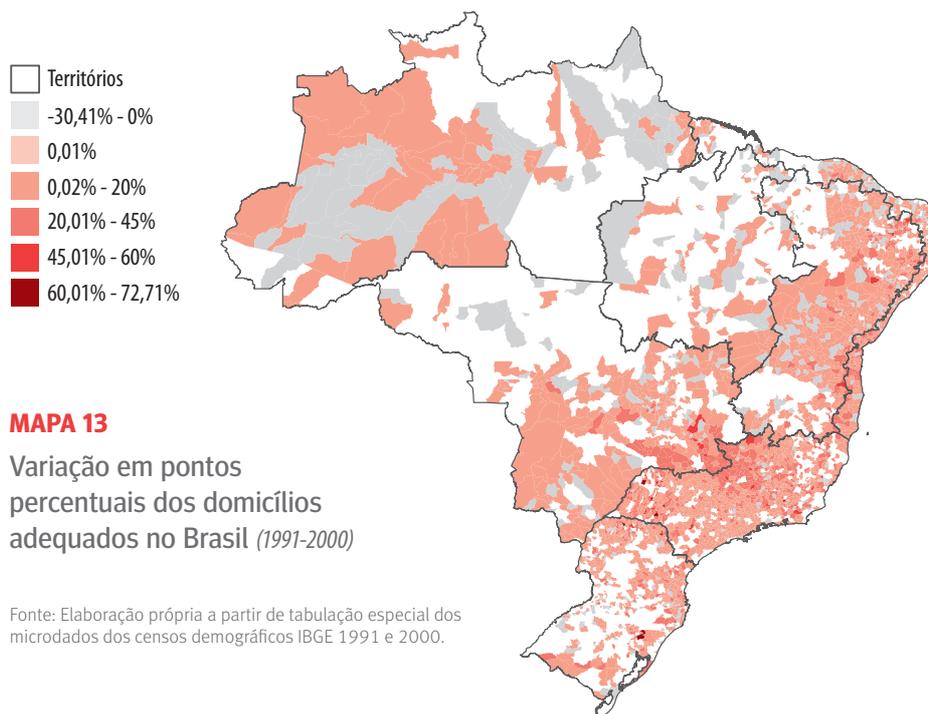
1991



2000



Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

**MAPA 13**

Variação em pontos percentuais dos domicílios adequados no Brasil (1991-2000)

Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

TABELA 6

Média percentual da adequação domiciliar municipal por territórios (1991 e 2000)

PERÍODOS	Amazônia	Semi-Árido Nordestino	Litoral Norte/Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Centro-Norte
1991	1,2%	3,3%	8,5%	40,4%	12,6%	19,9%	0,7%
2000	7,0%	12,9%	18,2%	51,6%	26,2%	27,3%	2,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

Esse espraiamento pode ter sido originado a partir da melhora de municípios que em 1991 possuíam altas porcentagens de domicílios com apenas uma inadequação (mapa 16) e que conseguiram zerar suas inadequações.

Seguindo o mesmo raciocínio, o mapa 17, com municípios com mais de 45% de domicílios com apenas uma inadequação em 2000, apresenta, hipoteticamente, os domicílios que estão mais próximos de conseguir zerar suas inadequações. Estes estão ao norte do Sudeste, parte do Centro-Oeste e parte do Sul. É possível que a região com maior adequação continue expandindo-se em direção do Centro-Oeste e do Sul, marcando ainda mais a tendência de dualização do Território Centro-Oeste.

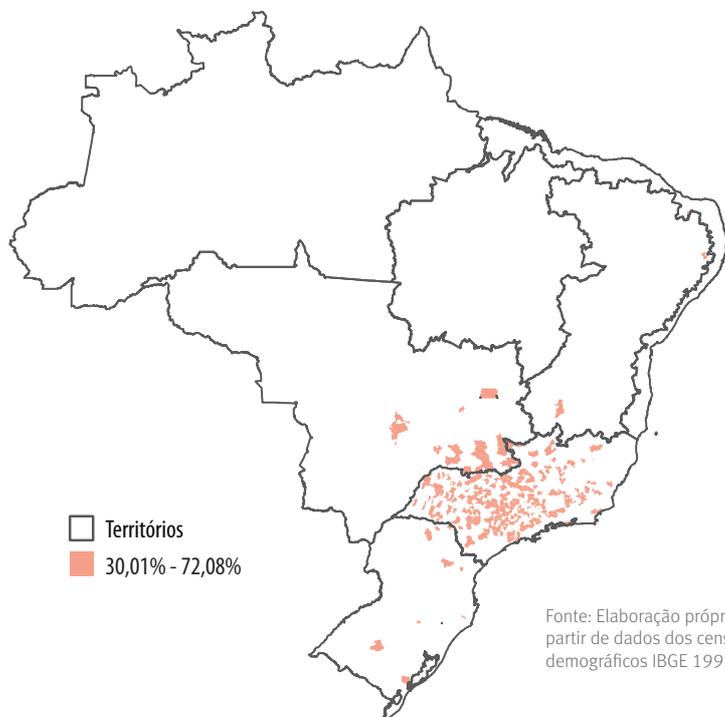
A projeção feita para 2008 mostra o Território Sul com melhores condições de adequação dos domicílios – com uma média de 49,6% de domicílios adequados – seguido do Centro-Oeste, com 34,6%. Isso sem afetar a posição privilegiada do Sudeste, que permanece concentrando as melhores porcentagens, alcançando, em média, 65,1% de domicílios adequados).

17 Mesmo considerando que, além do Sudeste, Sul e Centro-Oeste tiveram melhoras, eles também tiveram piores: em termos quantitativos, o Sul teve 74 municípios com variação negativa (10,19% do total de municípios), seguido do Sudeste com 42 (3,72%) e do Centro-Oeste com 27 (7,65%).

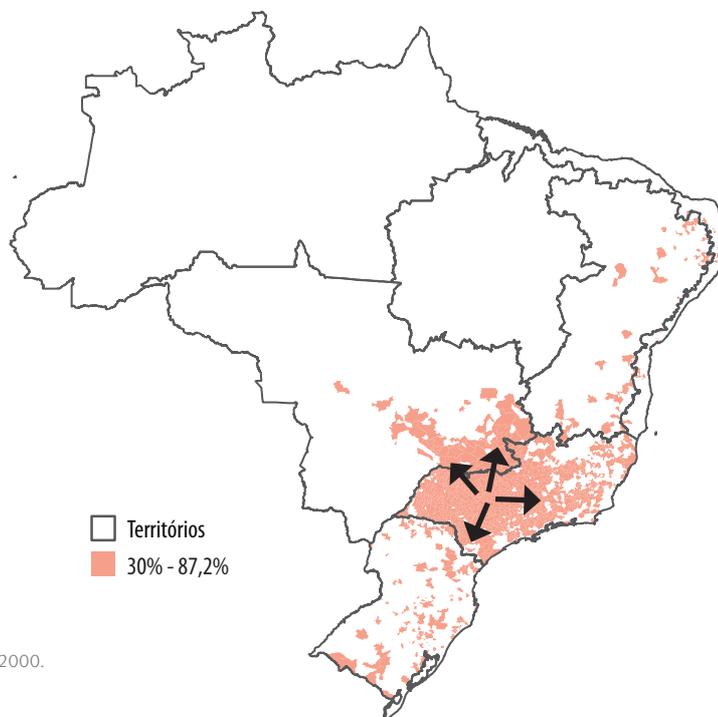
MAPAS 14 E 15

Municípios com mais de 30% dos domicílios adequados

1991



2000

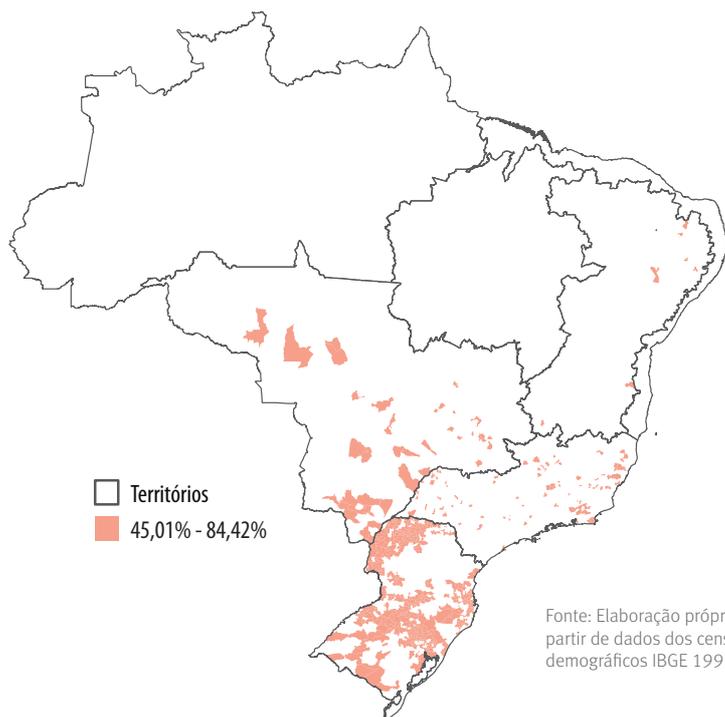


Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

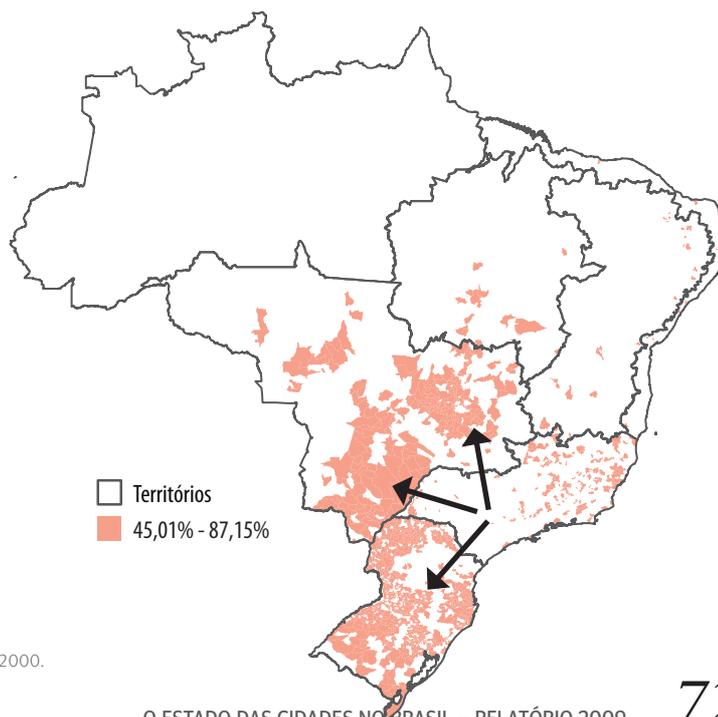
MAPAS 16 E 17

Municípios com mais de 45% dos domicílios com apenas uma inadequação

1991



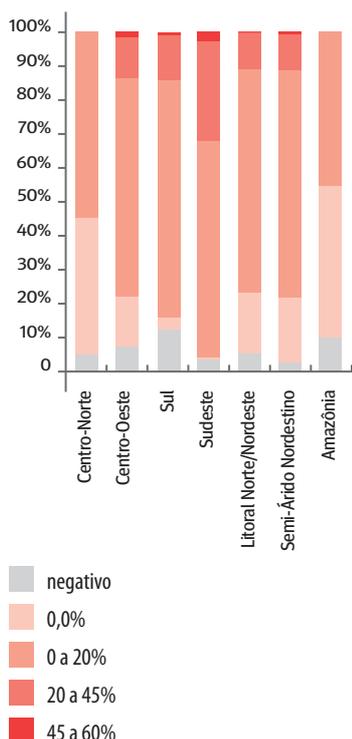
2000



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

GRÁFICO 10

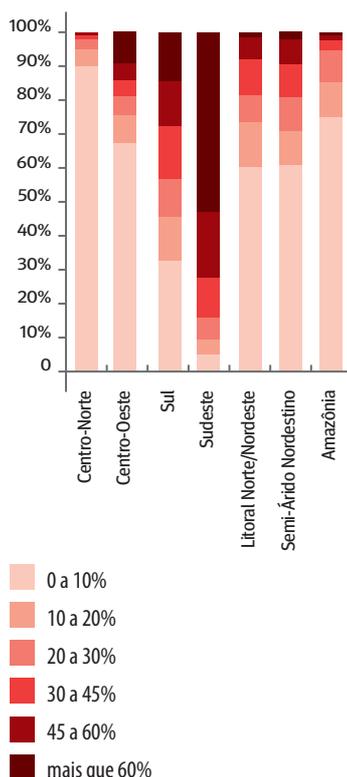
Distribuição dos municípios por faixa de variação em pontos percentuais da adequação domiciliar por territórios (1991-2000)



Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

GRÁFICO 11

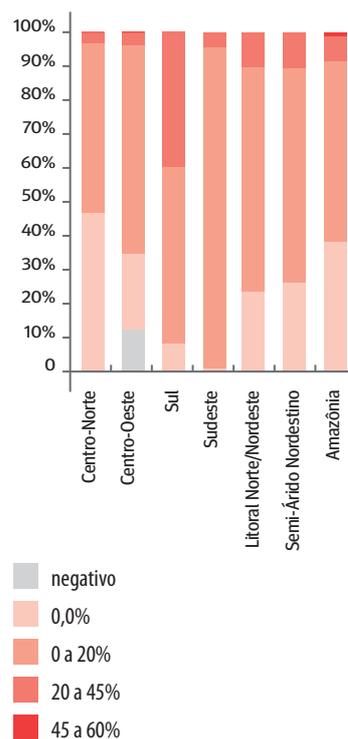
Distribuição dos municípios por faixa de adequação por territórios (Projeção para 2008)



Fonte: Elaboração própria a partir de projeção especial da PNAD IBGE 2008.

GRÁFICO 12

Distribuição dos municípios por faixas de variação em pontos percentuais da adequação domiciliar por territórios (2000 – Projeção 2008)



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e projeção especial da PNAD IBGE 2008.

TABELA 7

Média do percentual de adequação dos domicílios nos territórios (2000 e projeção 2008)

Ano	Amazônia	Semi-Árido Nordestino	Litoral Norte/Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Centro-Norte
2000	7,0%	12,9%	18,2%	51,6%	26,2%	27,3%	2,0%
Projeção 2008	13,0%	22,5%	27,9%	65,1%	49,6%	34,6%	7,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de projeção especial do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e PNAD IBGE 2008.

GRÁFICOS 13 A 19

Número de municípios adequados em cada variável por faixa de adequabilidade (2000)

GRÁFICO 13
SUDESTE

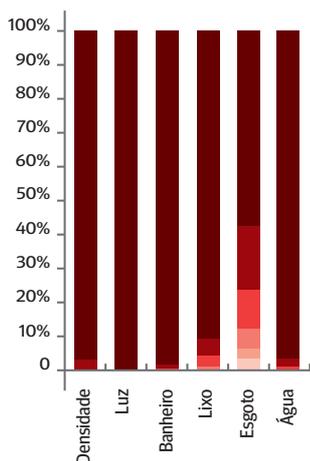


GRÁFICO 14
SUL

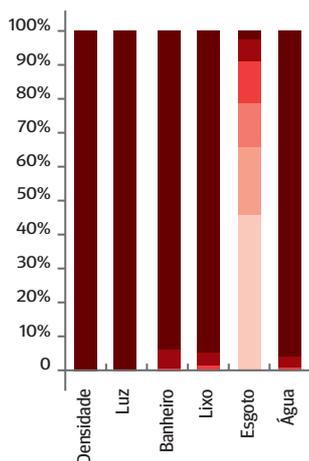


GRÁFICO 15
CENTRO-OESTE

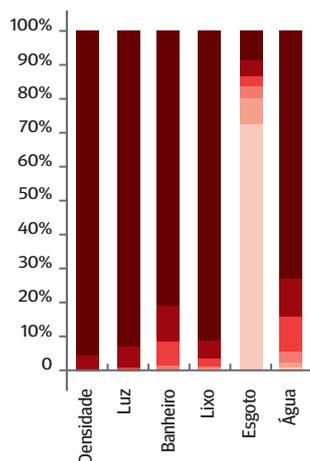


GRÁFICO 16
LITORAL NORTE/NORDESTE

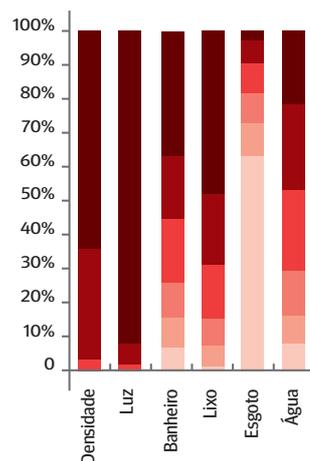


GRÁFICO 17
CENTRO-NORTE

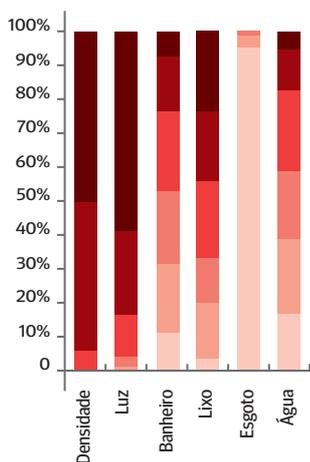


GRÁFICO 18
SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

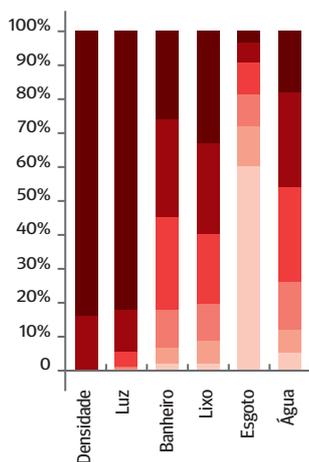
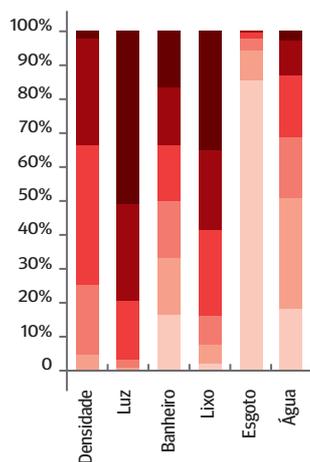


GRÁFICO 19
AMAZÔNIA



- 0 a 10%
- 10 a 20%
- 20 a 30%
- 30 a 45%
- 45 a 60%
- mais que 60%

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE). Tabulação própria.

De acordo com a projeção, o Território Sul é aquele onde as condições de adequação dão o maior salto, aproximando-se do Sudeste. O Centro-Oeste é o único onde existem municípios com variação negativa, isto é, piora nas condições dos domicílios. Também mostra uma melhora significativa também no Litoral Norte/Nordeste e Semi-Árido Nordestino, onde se deram avanços na década de 1990, sinalizando uma continuidade deste processo.

Análises que desagregam as variáveis que compõem o índice de condições de adequação revelam que a região Sul possuía principalmente esgoto como variável inadequada em 2000, o que também indica que é uma região mais completa em termos de condições de seus domicílios.

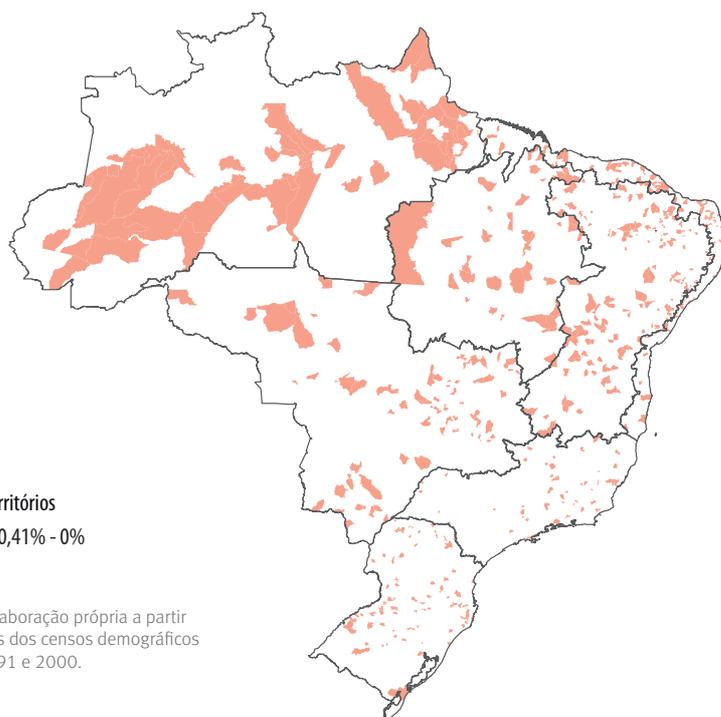
DIFERENTES GRAUS DE ESTAGNAÇÃO

Observando a evolução da adequação nos períodos 1991-2000 e a projeção 2000-2008, identificamos uma série de municípios com diferentes graus de estagnação ou de variação negativa das condições de seus domicílios.

No período 1991-2000, no Sul, houve piora em 12,48% dos municípios e não ocorreu melhora em 3,71%, quadro aparentemente revertido na dé-

MAPA 18

Municípios com variação negativa ou nula de domicílios adequados (1991-2000)

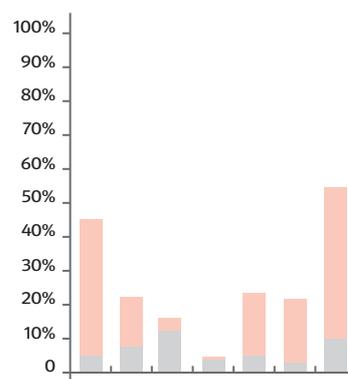


Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

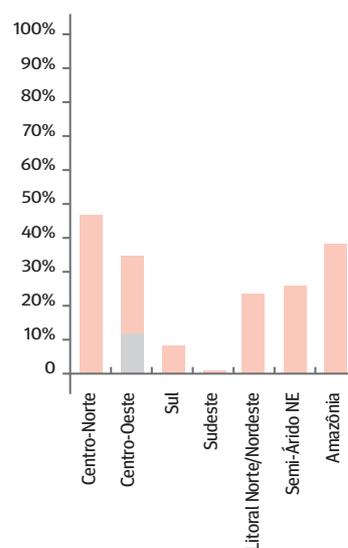
GRÁFICOS 20 E 21

Municípios com variação negativa ou nula da adequação domiciliar

1991-2000



2000 - PROJEÇÃO 2008



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000 e de projeção especial da PNAD IBGE 2008.

cada seguinte conforme a projeção. No mesmo período, o Centro-Norte apresenta 40% de municípios estagnados (46 municípios) e 5,22% (6 municípios) cujas condições de adequação domiciliar pioraram. A Amazônia apresentou poucos municípios com evolução negativa (11 municípios ou 10,19% do total) e muita estagnação (48 municípios ou 44,44% do total). Nessas duas regiões, nenhum município avançou mais do que 20% nas suas condições. No entanto, ao considerarmos a base sobre a qual se deu essa evolução, aparecem diferenças: o Centro-Norte estava em péssima situação em 1991, com todos os seus municípios com porcentagens de adequação entre 0 e 10%, ou seja, esse quadro de estagnação é diferente do quadro de piora do território Sul, que parte de condições de adequação melhores.

Na projeção para 2008, os Territórios Amazônia e Centro-Norte, que até 2000 não apresentavam nenhum município com mais de 30% de adequação dos domicílios, passam a apresentar municípios em todas as faixas de adequação, inclusive a mais alta, com mais de 60% de domicílios adequados. Essa informação difere daquela do período 1991-2000, em que muitos municípios apareceram estagnados.

DIFERENÇAS REGIONAIS

Os indicadores de condições de adequação dos domicílios mostram um país dividido em duas partes ao final da década de 1990: o Sul prestes a ter condições adequadas e o Norte com muito menos domicílios em boas condições, com altos percentuais de domicílios com três inadequações. Esquemáticamente, essa divisão dava-se na altura do Paralelo 16, que atravessa o país na latitude da Brasília.

As variáveis relativas ao “abastecimento de água” e “número de banheiros” também mostravam um Brasil dividido em dois territórios pelo Paralelo 16. Ao Norte,¹⁸ 16,95% dos domicílios tinham abastecimento de água adequado e 18,68% possuíam banheiro, enquanto ao Sul 59,77% tinham abastecimento de água adequado e 62,88%, banheiro.

A divisão do país pelo Paralelo 16 também parece pertinente se levarmos em conta as diferenças entre as áreas urbanas e as rurais, conforme mostram os mapas 23 e 24. No país como um todo, as condições de abastecimento de água nas áreas rurais são piores, assim como a recorrência de banheiros internos.

Ao observar as áreas rurais dos municípios nas diferentes faixas de percentual de domicílios adequados em 2000, verificamos uma situação polarizada nessas duas variáveis, ou seja, há um número grande de municípios com baixo e também de municípios com alto percentual de domicílios adequados.

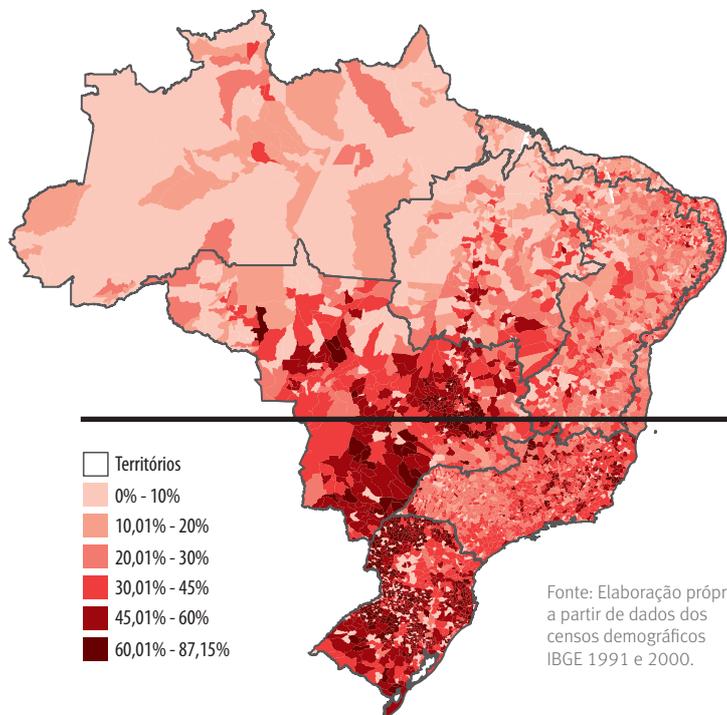
18 Consideramos ao Norte os Territórios do Amazonas, Semi-Árido Nordestino, Centro-Norte e Litoral Norte/Nordeste.

19 Para facilitar a leitura, no mapeamento foram mantidas as mesmas faixas percentuais obtidas na análise do índice de condições de adequação dos domicílios. Isso significa que o mapeamento não cria *dégradés* a partir da média e desvios padrões da variável, mas sim a partir de faixas iguais às da leitura das condições dos domicílios como um todo.

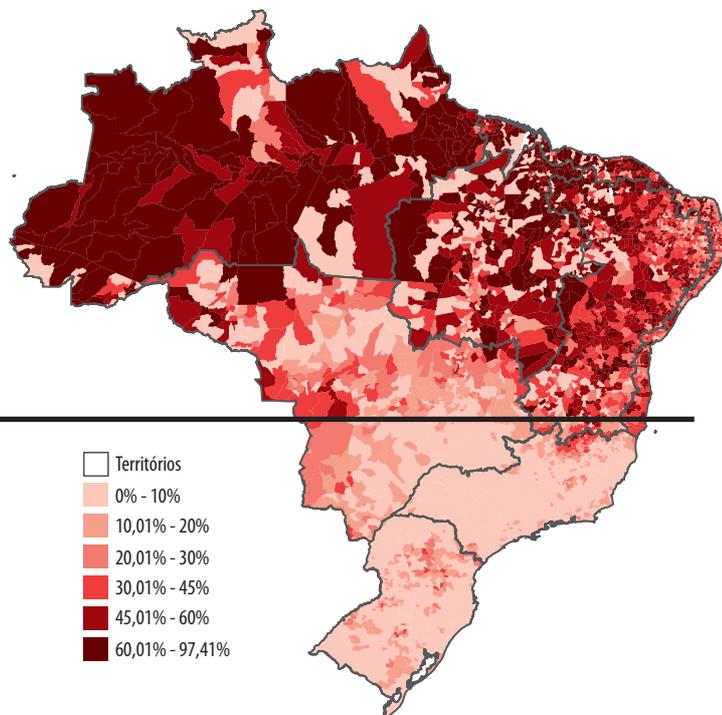
MAPAS 19 E 20

Percentual de domicílios com uma e três inadequações por município (2000)

COM UMA INADEQUAÇÃO



COM TRÊS INADEQUAÇÕES

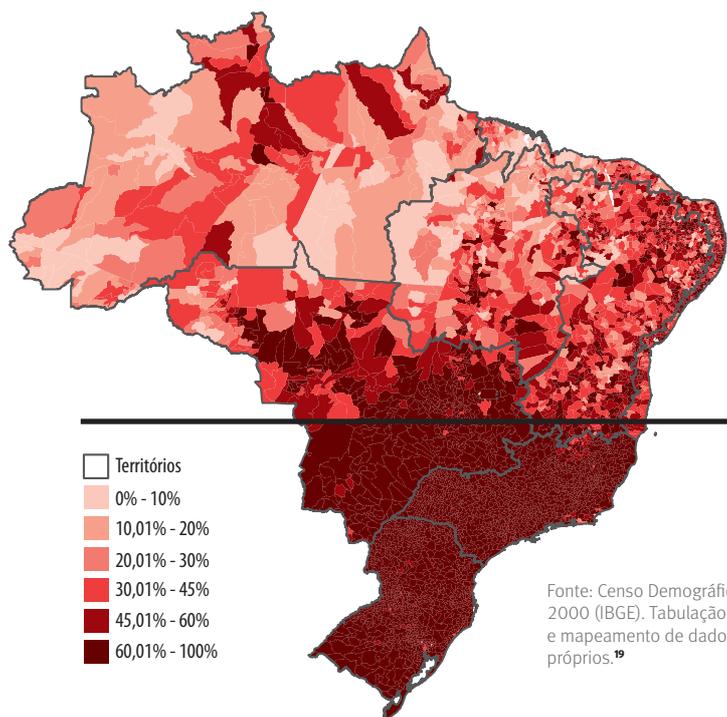


Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

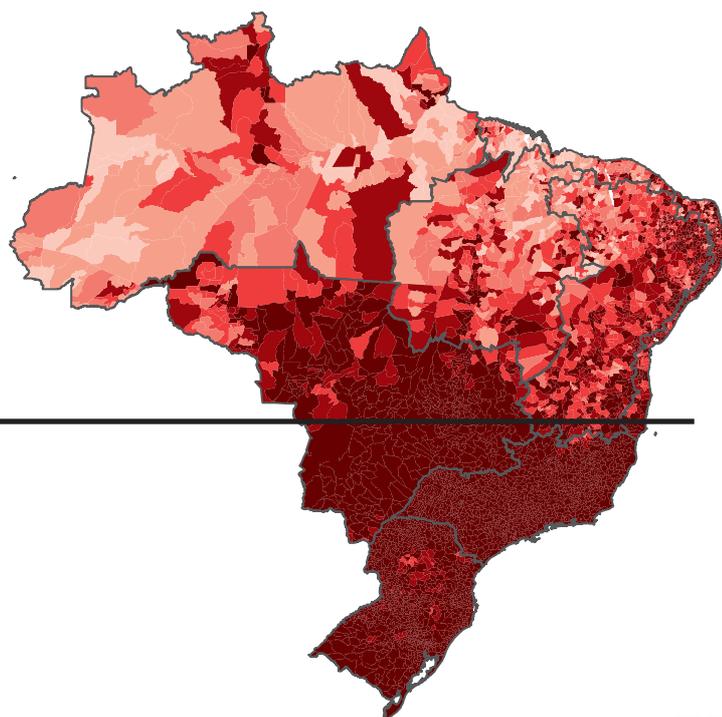
MAPAS 21 E 22

Percentual de domicílios adequados nos municípios (2000)

ÁGUA



BANHEIRO



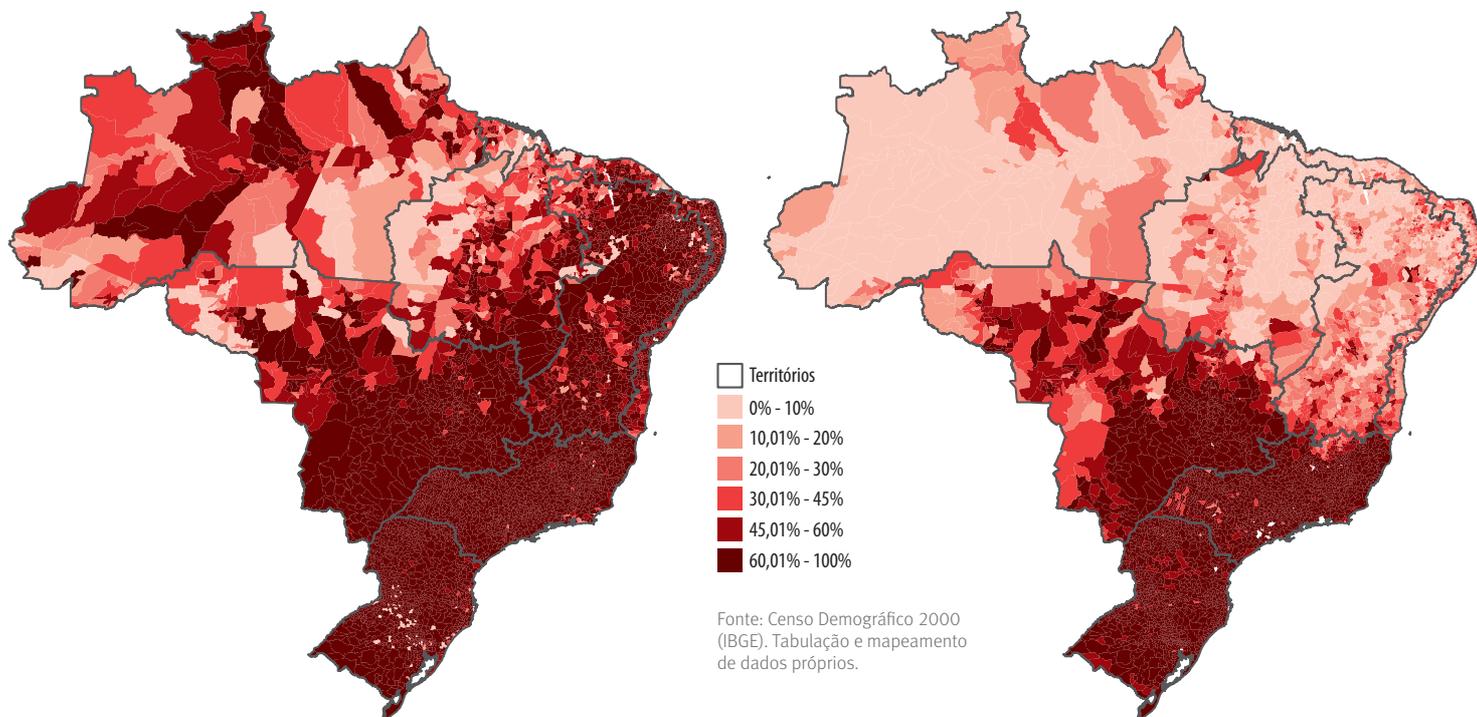
Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE). Tabulação e mapeamento de dados próprios.¹⁹

MAPAS 23 E 24

Percentual de domicílios adequados nos municípios em relação ao abastecimento de água (2000)

URBANO

RURAL

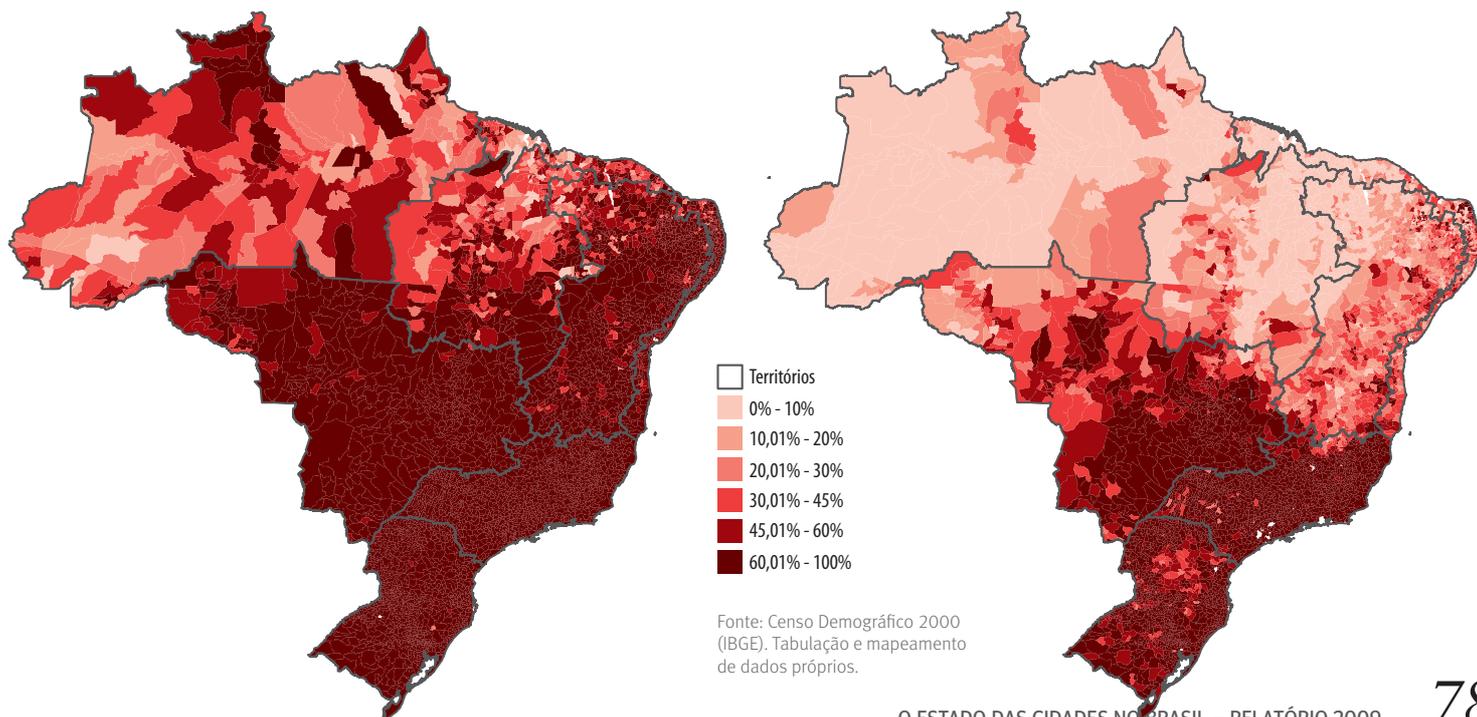


MAPAS 25 E 26

Percentual de domicílios adequados nos municípios em relação à existência de banheiro no domicílio (2000)

URBANO

RURAL



Esses dados levantam a hipótese da existência de dois universos rurais no país ao final da década de 1990, um deles muito precário e outro com boas condições nos domicílios, reforçando a ideia de um país dividido trazida pelos mapas. Por outro lado, também se verificavam enclaves de maior precariedade rural nas regiões mais bem servidas, como no Território Sul do país.

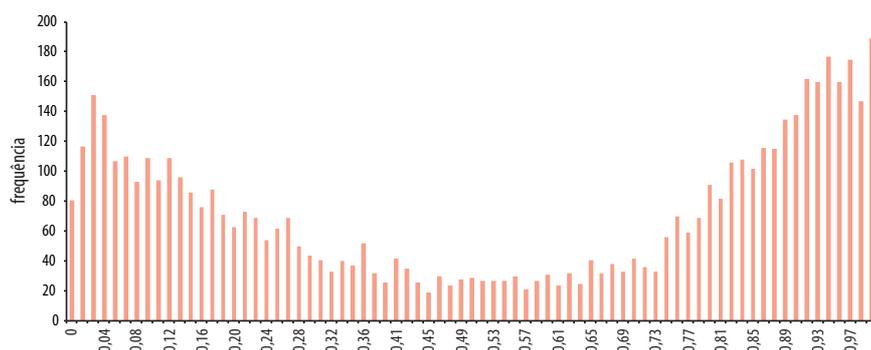
O RURAL PRECÁRIO

Tanto em 1991 como em 2000, a situação de adequação dos domicílios urbanos era semelhante à situação do Brasil como um todo. Já o meio rural mostrava, em 1991, condições de adequação muito precárias,

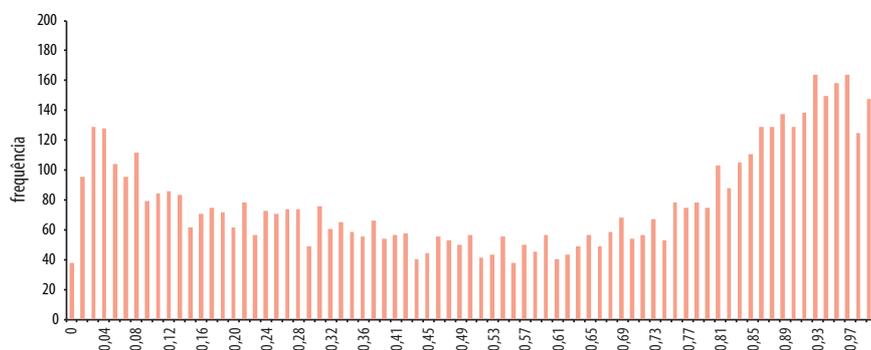
GRÁFICOS 22 E 23

Frequência dos municípios nas diferentes faixas de percentual de domicílios rurais adequados em relação a água e banheiro (2000)

ÁGUA



BANHEIRO



Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE). Tabulação própria.

com apenas 3,04% dos domicílios adequados, subindo para 6,82% em 2000, mesmo com critérios de adequabilidade bastante inferiores àqueles adotados no meio urbano.

Assim como o Brasil como um todo, o meio urbano brasileiro mostrava em 1991 uma concentração das melhores condições domiciliares nos Territórios Sudeste e parte do Centro-Oeste, seguidos pelo Sul e Semi-Árido Nordeste. No meio rural, o Território Sul é aquele com melhores condições, mas o quadro é, de forma geral, bem mais precário do que o do meio urbano.

Entre 1991 e 2000 houve um avanço no meio rural, aumentando as regiões com melhores condições, principalmente no Sul e Sudeste. Diminuiu a quantidade de municípios que não tinham nenhum domicílio adequado em suas áreas rurais, e o máximo de adequação dos domicílios rurais atinge 100% em um município. Por outro lado, foi maior a porcentagem de municípios cujos domicílios pioraram em seus meios rurais (3% no urbano, 14,3% no rural).

O gráfico 24 mostra que a adequação dos domicílios variou mais positivamente no meio urbano do que no rural. Os mapas 31 e 32 mostram que a melhoria das condições dos domicílios no meio rural foi mais distribuída no país, e menos concentrada nas regiões que já tinham as melhores condições em 1991. Na Amazônia, a variação negativa atingiu tanto o meio urbano como o rural. No Centro-Norte, houve mais territórios de regressão da situação dos domicílios no meio urbano. No Semi-Árido Nordeste, maior regressão nos domicílios no meio rural.

A projeção de 2008 mostrou avanços muito semelhantes em relação às adequações dos domicílios urbanos e rurais, mantendo as desigualdades entre os meios rural e urbano. Pode-se afirmar também que nos Territórios e grupos que apresentam melhores condições de adequação dos domicílios, no meio rural elas são piores; ou seja, mesmo sendo ade-

TABELA 8

Condições de adequação, domicílios urbanos e rurais (1991 e 2000)

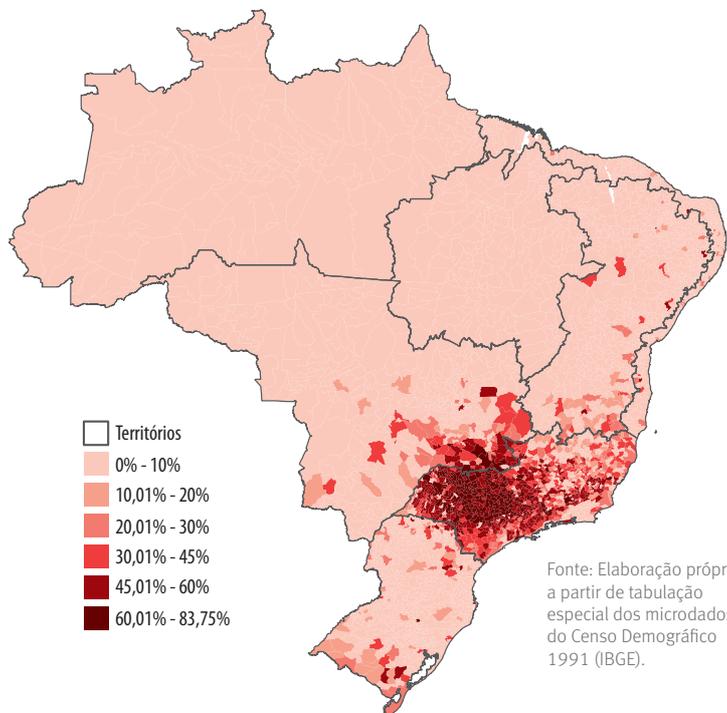
	1991			2000		
	Brasil	Urbano	Rural	Brasil	Urbano	Rural
Total de domicílios	35.435.416	28.024.597	7.410.819	45.506.983	37.920.167	7.586.816
Total de domicílios adequados	8.058.718	7.833.532	225.186	15.015.826	14.498.774	517.052
% de domicílios adequados	22,74%	27,95%	3,04%	33,00%	38,23%	6,82%
Total de domicílios com alguma inadequação	27.376.698	20.191.065	7.185.633	30.491.157	23.421.393	7.069.764
% de domicílios com alguma inadequação	77,26%	72,05%	96,96%	67,00%	61,77%	93,18%
Total de municípios com 0% de domicílios adequados	2.362	2.906	2.832	1.420	1.875	2.213
% de municípios com 0% de domicílios adequados	52,61	64,72	63,68	25,79	34,05	40,19
% máximo de domicílios adequados nos municípios	72,08%	83,75%	74,19%	87,20%	94,86%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE 1991 e 2000.

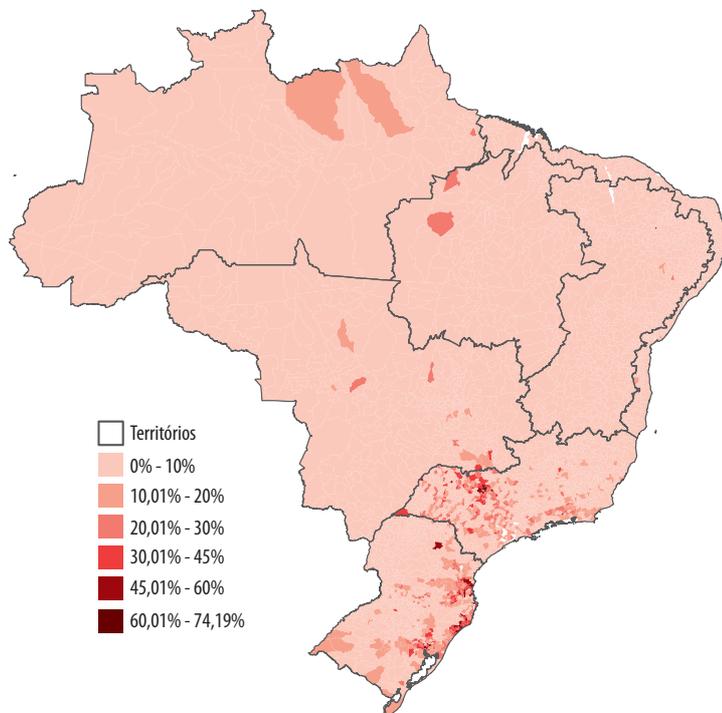
MAPAS 27 E 28

Percentual de domicílios adequados por município (1991)

URBANO



RURAL

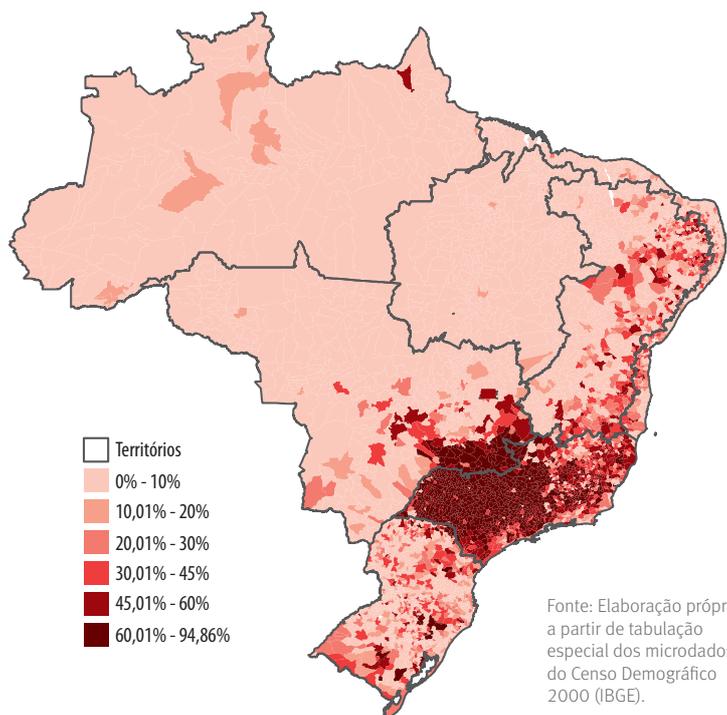


Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados do Censo Demográfico 1991 (IBGE).

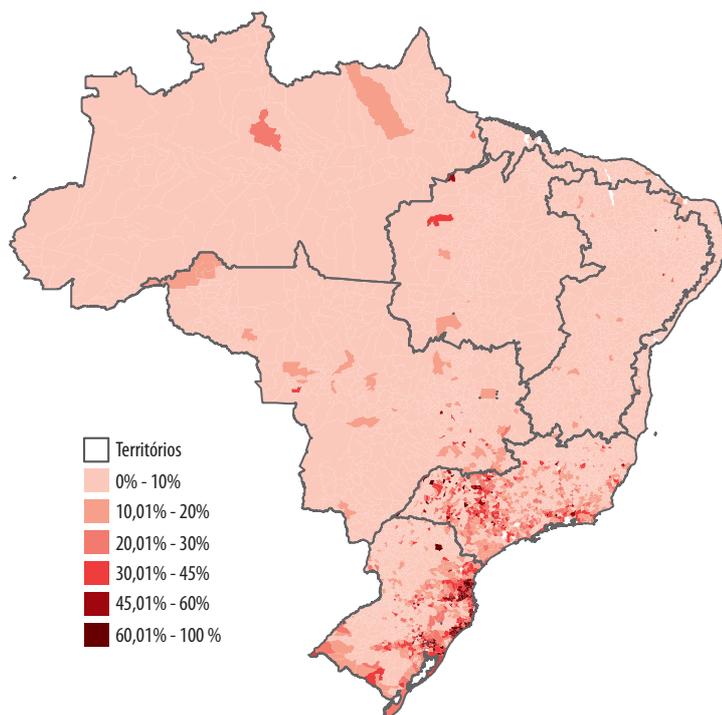
MAPAS 29 E 30

Percentual de domicílios adequados por município (2000)

URBANO



RURAL



Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE).

quados no urbano, no rural os domicílios são precários. É o caso, por exemplo, do grupo das grandes cidades isoladas (G5) e dos polos regionais conurbados (G3) que possuem boas condições nos domicílios urbanos, entretanto nos rurais possuem resultados inferiores em relação aos outros, como se pode verificar nos gráficos 24 e 25. No rural as periferias dos polos regionais conurbados (G3p) e os centros sub-regionais (G6) apresentaram as melhores situações, também repetindo o comportamento do Brasil como um todo.

As desigualdades entre os meios rural e urbano revelam-se em grande parte nas variáveis “esgotamento sanitário” e “iluminação elétrica”. Em 2000, não havia no país municípios com menos de 57,04% dos domicílios urbanos adequados em relação à iluminação elétrica; já nas áreas rurais, 85 municípios tinham de 0 a 10% de domicílios rurais com iluminação e 975 tinham menos de 45%. Mesmo considerando que esses números evoluíram na década de 1990, ainda existem muitos domicílios sem acesso à iluminação elétrica nas áreas rurais do país, situação que é também bastante distinta nos dois lados do Paralelo 16.

Em grande parte devido à situação de partida bastante precária, os domicílios rurais melhoraram significativamente em termos percentuais, apresentando variações positivas de 29,95% na variável “lixo”, 23,31% em “iluminação elétrica” e 13,39% em “abastecimento de água”. Os domicílios urbanos melhoraram, sobretudo, nas variáveis “instalação sanitária” (13,99%) e lixo (14,24%). Esses percentuais de melhora, embora inferiores àqueles apresentados no mundo rural, têm importância relativa maior, já que, em termos absolutos, o país tem muito mais domicílios urbanos do que rurais.

FALTA COLETA DE ESGOTO NO PAÍS

As oito variáveis consideradas para o cálculo das condições de adequação dos domicílios no período foram também levadas em conta separadamente. Em geral as variáveis apresentam altas correlações entre si, indicando que a ausência de determinada infraestrutura tende a ser acompanhada de outras carências. Os resultados mostram altas correlações entre as variáveis, uma vez que para todos os períodos e contextos analisados apenas dois fatores atuantes na estrutura geral de correlações foram identificados: um composto por lixo, água, esgoto e eletricidade; outro por densidade, tipo de domicílio e localização.²⁰

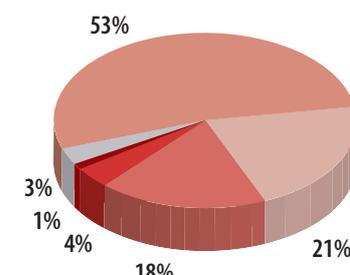
No período 1991-2000, todas as variáveis melhoraram, com exceção de variação negativa estatisticamente desprezível em “espécie de domicílio”.

A variável “lixo” foi a que mais melhorou (19,88%), seguida de esgoto (15,03%), abastecimento de água (10,50%), iluminação elétrica (9,68%)

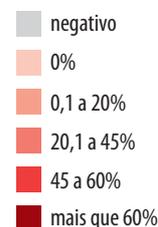
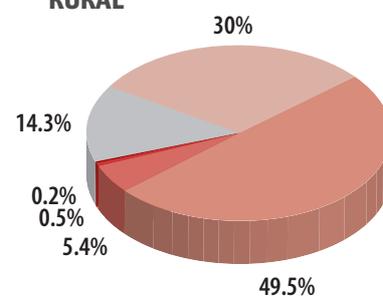
GRÁFICO 24 E 25

% de municípios por faixa de variação de adequação dos domicílios (1991-2000)

URBANO



RURAL



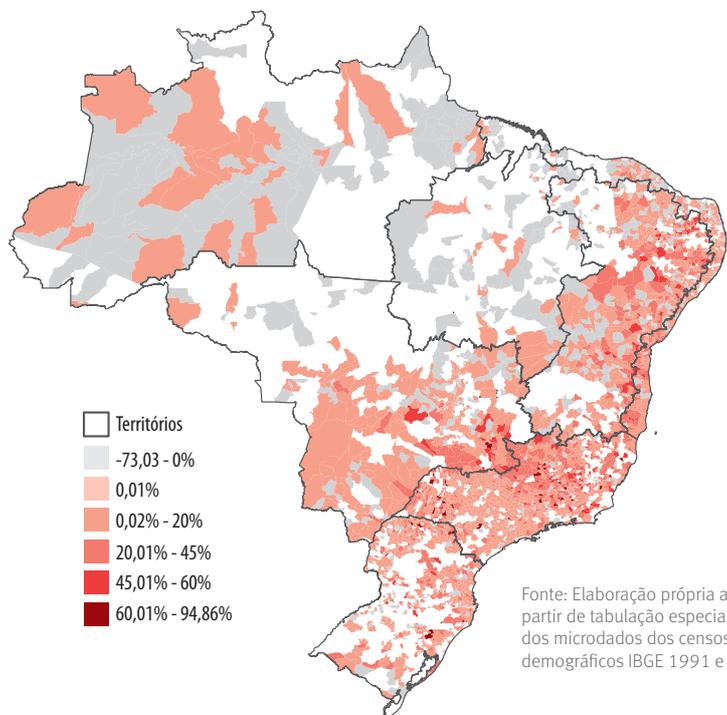
Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

20 A análise fatorial foi aplicada sobre o conjunto de variáveis nos dois períodos considerados – 1991 e 2000 – tanto para o conjunto de domicílios rurais quanto para o de domicílios urbanos. Os fatores podem ser associados em duas dimensões: uma relacionada à existência de infraestrutura de saneamento, coleta de lixo e eletricidade; outra relacionada à localização do domicílio em setores subnormais, espécie do domicílio e densidade de habitantes por cômodo. No ano 2000, para os domicílios urbanos, a localização em setor subnormal constituiu um terceiro fator, o que se deve ao fato de que apenas nessas áreas existem setores classificados como subnormais.

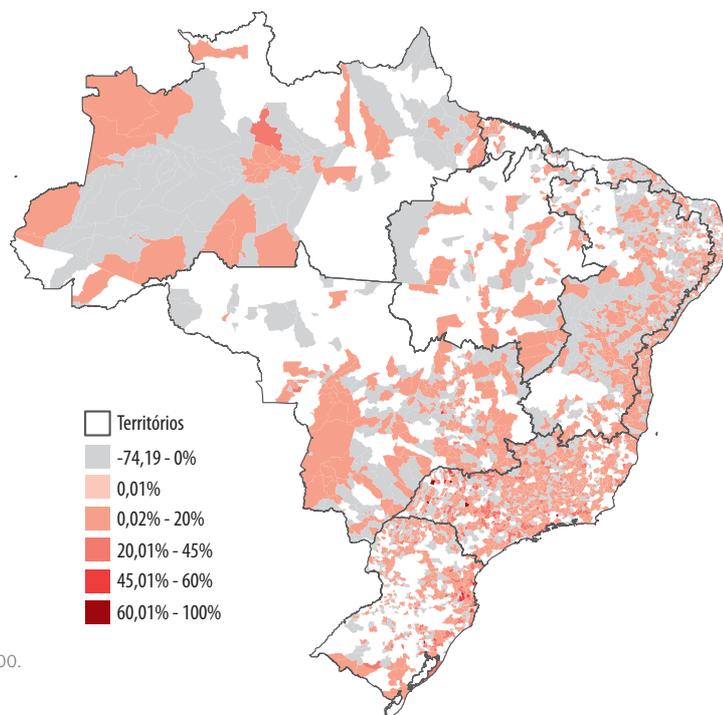
MAPAS 31 E 32

Variação do percentual de domicílios adequados (1991-2000)

URBANO



RURAL

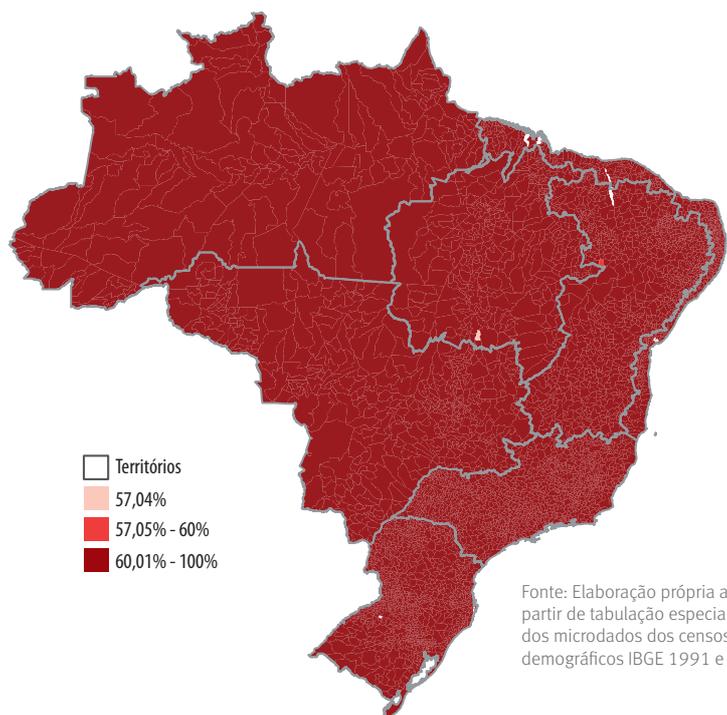


Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

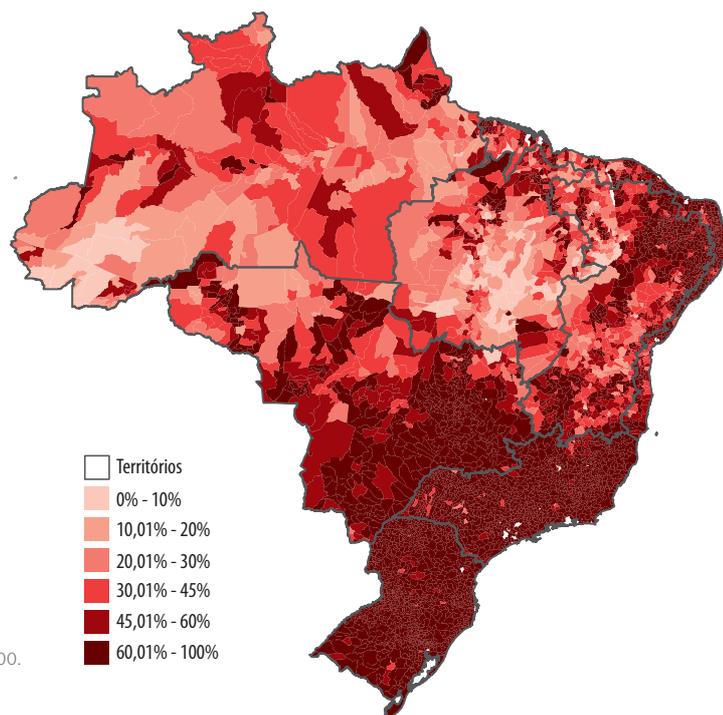
MAPAS 33 E 34

Percentual de domicílios adequados nos municípios em relação à iluminação elétrica (2000)

URBANO



RURAL



Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

TABELA 9

Varição dos domicílios adequados por variável (1991-2000)

		1991		2000		1991-2000
		Valores absolutos	%	Valores absolutos	%	Varição
Água	Rural	2.343.650	31,62	3.415.083	45,01	13,39
	Urbano	18.206.377	77,87	4.171.716	83,68	5,81
	Brasil	20.550.027	66,74	7.586.799	77,23	10,50
Banheiro	Rural	2.826.324	38,14	3.517.475	46,36	8,23
	Urbano	19.876.295	85,01	33.909.320	89,42	4,42
	Brasil	22.702.619	73,73	37.426.795	82,24	8,52
Esgoto	Rural	582.199	7,86	994.015	13,10	5,25
	Urbano	9.752.771	41,71	21.120.533	55,70	13,99
	Brasil	10.334.970	33,56	22.114.548	48,60	15,03
Espécie de domicílio	Rural	7.262.773	98,00	7.383.637	97,03	-0,97
	Urbano	22.801.206	97,52	37.054.343	97,72	0,20
	Brasil	30.063.979	97,63	44.437.980	97,57	-0,06
Lixo	Rural	2.258.567	30,48	4.584.519	60,43	29,95
	Urbano	16.692.925	71,39	32.470.391	85,63	14,24
	Brasil	18.951.492	61,55	37.054.910	81,43	19,88
Densidade moradores	Rural	4.034.765	54,44	4.873.184	64,23	9,79
	Urbano	14.824.063	63,40	27.515.977	72,56	9,16
	Brasil	18.858.828	61,24	32.389.161	71,17	9,93
Localização	Rural	7.208.095	97,26	7.564.778	99,71	2,45
	Urbano	21.867.823	93,52	36.286.056	95,69	2,17
	Brasil	29.075.918	94,42	43.850.834	96,36	1,94
Luz	Rural	3.443.532	46,47	5.293.489	69,77	23,31
	Urbano	22.218.477	95,02	37.037.798	97,67	2,65
	Brasil	25.662.009	83,34	42.331.287	93,02	9,68

Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados dos censos demográficos IBGE 1991 e 2000.

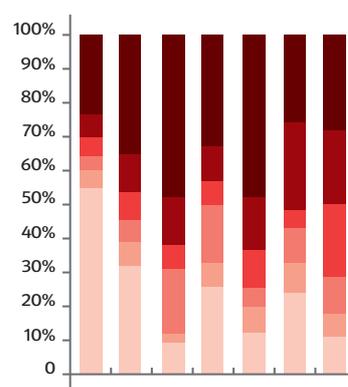
e densidade (9,93%). “Localização” e “espécie” pouco variaram, mas ambas as variáveis já se encontravam com altos índices em 1991.

Entre as variáveis, a falta de esgotamento sanitário é a que define a maior precariedade domiciliar, tanto nas áreas rurais como nas urbanas. Os números são muito altos: 51,40% dos domicílios estavam inadequados em relação à instalação de esgoto em 2000, o que representa,

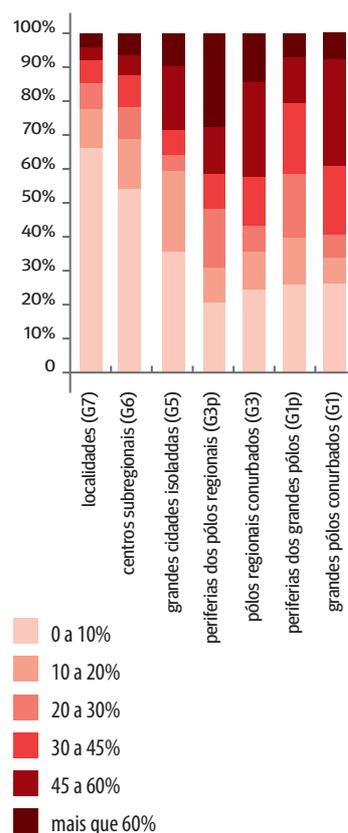
GRÁFICOS 26 E 27

Municípios por faixa de adequação dos domicílios (Projeção para 2008)

URBANO



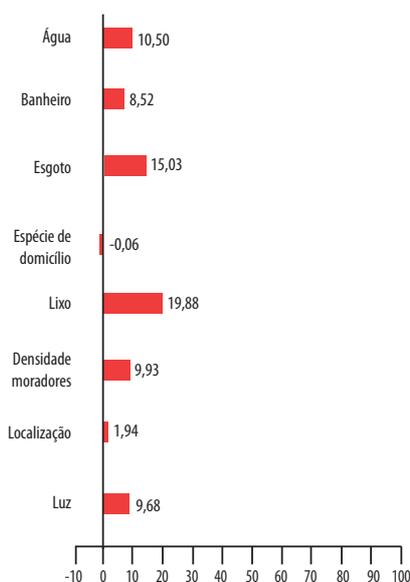
RURAL



Fonte: Elaboração própria a partir de projeção especial da PNAD IBGE 2008.

GRÁFICO 28

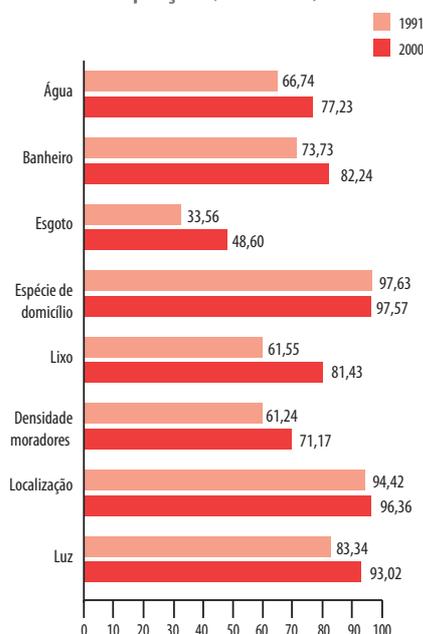
Diferença em pontos percentuais das condições de adequabilidade dos domicílios nas variáveis isoladas (Rural, 1991-2000)



Fonte: Elaboração própria a partir de tabulação especial dos microdados do Censo IBGE 1991 e 2000.

GRÁFICO 29

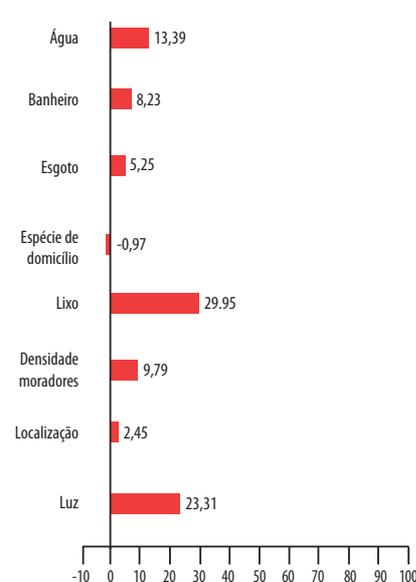
Percentual de domicílios adequados no país em relação às diferentes variáveis de adequação (1991 e 2000)



Fonte: Censo IBGE 1991 e 2000. Tabulação própria.

GRÁFICO 30

Diferença em pontos percentuais dos domicílios adequados no país em relação às diversas variáveis (1991-2000)



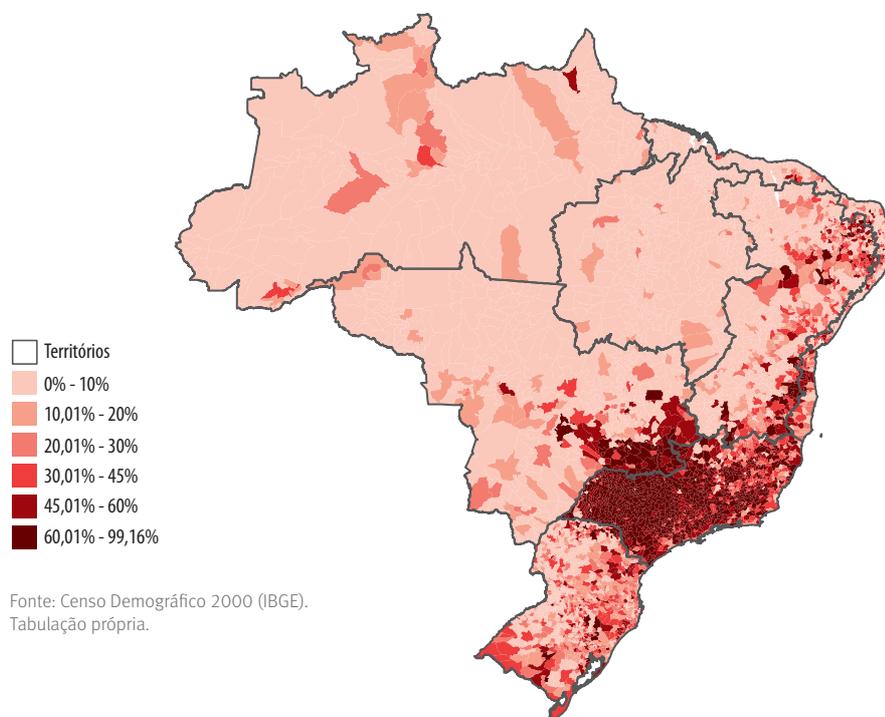
Fonte: Censos demográficos IBGE 1991 e 2000. Tabulação própria.

em números absolutos, 23,4 milhões de domicílios. É também a variável que incide mais fortemente nas diferenciações regionais e estaduais. Esse resultado pode ser atribuído, de certa forma, à política do Plana-sa, cujo planejamento não integrava água e esgoto e privilegiou as regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, e os centros urbanos, em uma opção por áreas onde o investimento teria retorno garantido, respondendo às exigências dos financiadores e acentuando ainda mais as desigualdades regionais. O mapa da coleta de esgoto é muito semelhante ao mapa de condições gerais de adequação dos domicílios no país, reforçando que esta variável influencia muito o índice final.

A situação é mais grave em áreas rurais, onde apenas 13,10% dos domicílios estão adequados. Em áreas urbanas esse número chega a 55,70%, mas as boas condições concentram-se no território Sudeste, com alguma expansão na direção do Centro-Oeste. A situação da coleta de esgoto no rural pode ser ainda mais precária do que os dados informam. Como os dados dos censos demográficos e da PNAD do IBGE são baseados em

MAPA 35

Percentual de domicílios adequados nos municípios em relação a esgotamento sanitário (2000)



entrevistas e muitos dos entrevistados não têm conhecimento do sistema de escoamento adotado nos seus domicílios, é possível que o percentual de cobertura por fossa séptica esteja superdimensionado.²¹

É possível que as diferenças se devam em parte às políticas estaduais. Na tabela 10 encontram-se os percentuais de adequação em relação à coleta de esgoto nos estados e, em cinza, destacam-se os 5 melhores percentuais. No urbano, destacam-se os estados do Sudeste – São Paulo, parte de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. No Nordeste, Pernambuco apresenta domicílios em melhores condições, mais ainda em um percentual de adequação muito abaixo do Sudeste. A diferença nas políticas estaduais pode estar por trás, por exemplo, da quase-ausência de esgotamento sanitário no Piauí, quando o estado vizinho, Ceará, apresenta índices melhores (mas ainda baixos) e mais bem distribuídos no território.

As grandes disparidades entre os estados apontam para a necessidade de pesquisas sobre as políticas estaduais, que parecem interferir tanto na escala da cobertura quanto na distribuição mais ou menos homogênea do serviço no território. Esses dados indicam o nível estadual

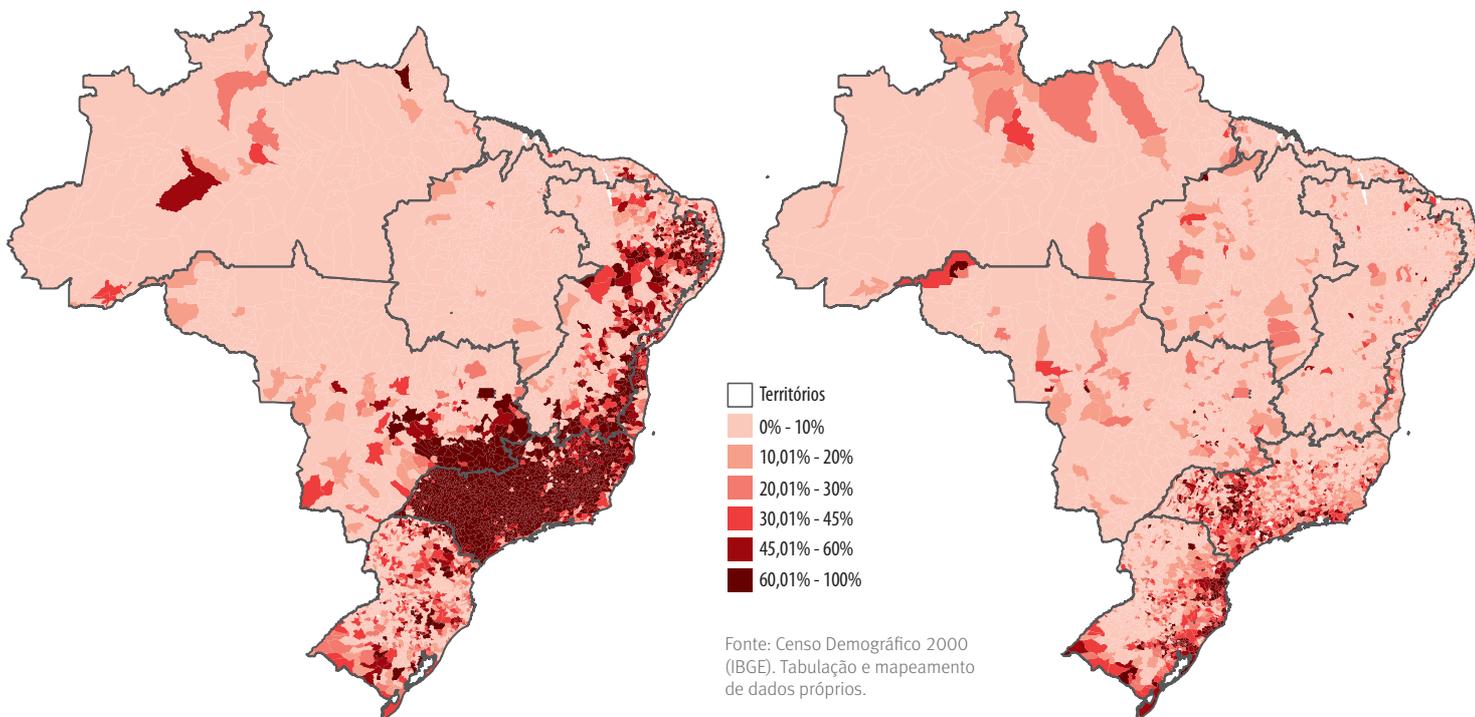
²¹ Sonaly Cristina Rezende e Léo Heller, *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 282.

MAPAS 36 E 37

Esgotamento sanitário – percentual de domicílios adequados nos municípios (2000)

URBANO

RURAL



MAPAS 38 E 39

Instalação sanitária – percentual de domicílios urbanos adequados (2000)

NORDESTE

SUDESTE

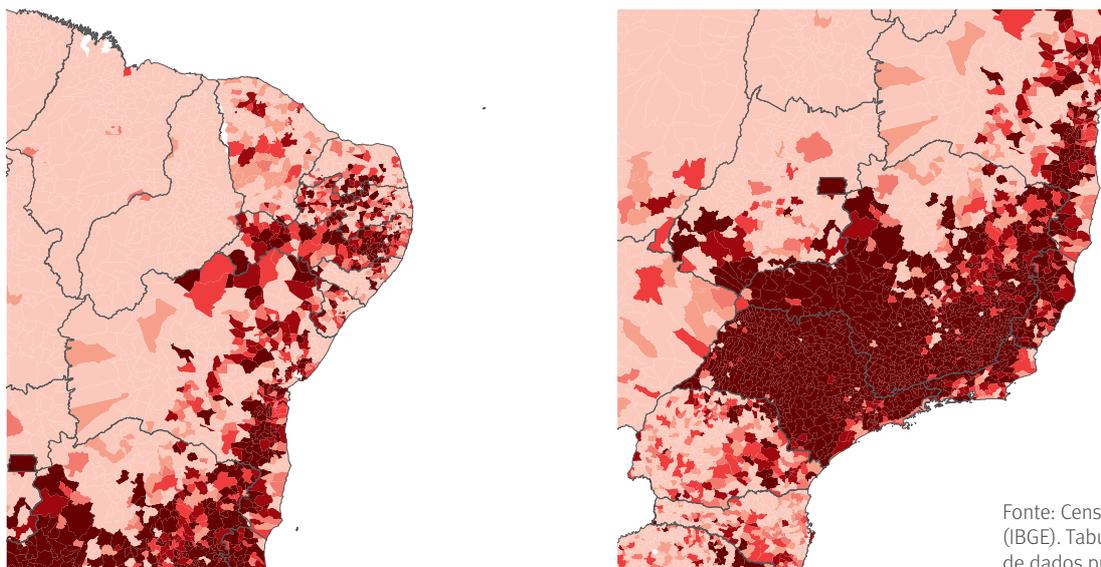


TABELA 10

Domicílios adequados em relação a esgotamento sanitário nas unidades da federação (2000)

Estado	Rurais	% domicílios rurais adequados/total de domicílios rurais	Urbanos	% domicílios urbanos adequados/total de domicílios urbanos	Total	Total de domicílios no estado
Rondônia	9.043	7,38	13.066	5,64	22.109	354.393
Acre	2.652	6,65	25.644	27,96	28.296	131.582
Amazonas	4.539	3,72	117.264	25,55	121.803	580.897
Roraima	2.601	15,28	8.452	14,17	11.053	76.683
Pará	32.915	7,99	91.556	9,95	124.471	1.332.249
Amapá	231	2,27	6.450	7,12	6.681	100.765
Tocantins	2.326	3,26	8.476	3,95	10.802	285.698
Maranhão	29.779	6,16	106.535	13,95	136.314	1.246.718
Piauí	12.083	5,19	27.716	6,40	39.799	665.808
Ceará	22.041	4,72	384.163	29,40	406.204	1.773.397
Rio Grande do Norte	20.200	12,01	111.607	21,87	131.807	678.663
Paraíba	11.815	5,24	249.589	39,46	261.404	857.997
Pernambuco	24.970	5,97	680.598	43,20	705.568	1.993.508
Alagoas	9.696	5,07	99.444	21,26	109.140	658.871
Sergipe	6.301	5,31	123.527	38,17	129.828	442.256
Bahia	53.485	5,51	1.098.427	48,97	1.151.912	3.214.298
Minas Gerais	79.475	9,94	3.233.378	80,08	3.312.853	4.837.282
Espírito Santo	23.671	14,88	471.518	68,15	495.189	851.015
Rio de Janeiro	55.748	35,50	2.674.256	64,30	2.730.004	4.315.737
São Paulo	264.435	39,62	8.377.783	84,65	8.642.218	10.564.737
Paraná	61.380	13,20	1.014.867	45,22	1.076.247	2.709.516
Santa Catarina	113.173	37,79	294.732	24,17	407.905	1.518.648
Rio Grande do Sul	125.351	23,35	840.657	32,91	966.008	3.091.627
Mato Grosso	2.441	2,68	68.606	14,11	71.047	577.355
Mato Grosso do Sul	8.874	6,38	104.715	19,74	113.589	669.671
Goiás	7.876	4,45	430.654	34,63	438.530	1.420.837
Distrito Federal	6.914	28,17	456.853	85,84	463.767	556.762

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE).
Tabulação própria.

como ente federativo importante na promoção das condições dos domicílios, o que justifica uma atenção especial da política de desenvolvimento urbano na articulação dos três – Município, Estado e União. Essa situação é fruto da estruturação inicial das companhias públicas de habitação e saneamento no período do BNH que, em alguns casos, sobreviveram ao seu desmonte e apresentaram atuação importante nos anos 1990.²²

²² Raquel Rolnik (coord.). *Regulação Urbaniística e Solo Urbano para Habitação de Interesse Social: a experiência dos municípios paulistas na década de 1990.*

GRÁFICO 31

Densidade de moradores por cômodo – distribuição dos domicílios adequados por territórios (2000)

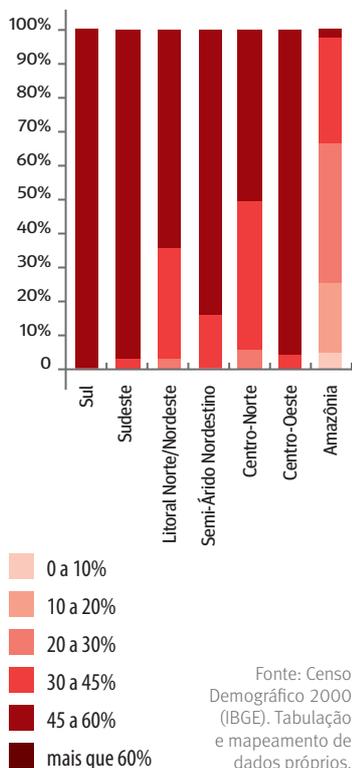
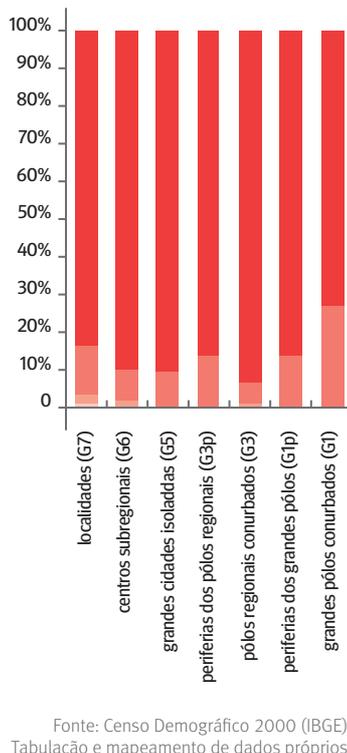


GRÁFICO 32

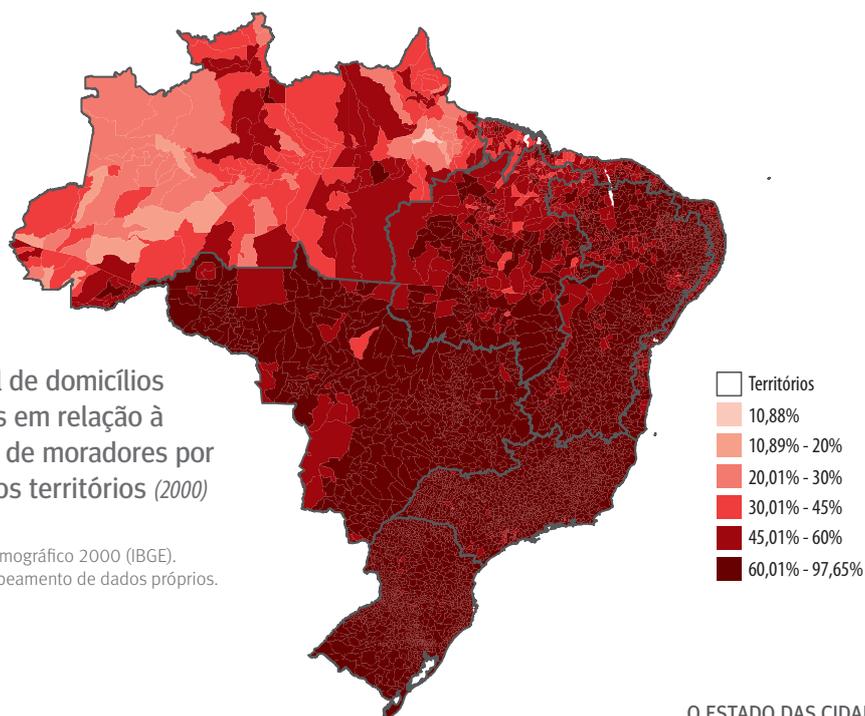
Densidade de moradores por cômodo – municípios com mais de 60% dos domicílios adequados por grupos de cidades (2000)



MAPA 40

Percentual de domicílios adequados em relação à densidade de moradores por cômodo nos territórios (2000)

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE). Tabulação e mapeamento de dados próprios.



A VARIÁVEL “DENSIDADE DE MORADORES”

A “densidade de moradores por cômodo” encontrava-se adequada em 71,17% dos domicílios do país, com uma grande diversidade regional. As maiores densidades encontram-se na Amazônia e no Centro-Norte, algo que pode relacionar-se não apenas com precariedade habitacional, mas com aspectos culturais que se expressem em formas distintas de morar.

Em relação aos grupos de cidades, os piores percentuais estão nos grandes polos conurbados (G1), com cerca de 30% de domicílios em situação inadequada (4,5 milhões de domicílios). Esses números reafirmam a ideia de que as situações de maior adensamento ocorrem nas metrópoles, o que vem motivando a priorização dessas regiões pelas políticas de habitação. O adensamento domiciliar excessivo é um dos componentes do cálculo do déficit habitacional pela Fundação João Pinheiro em 2006 para o país, e a PNAD 2007 procurou refinar esse dado, perguntando sobre os motivos da coabitação e a intenção de construção de um novo domicílio pelos moradores.

LIXO E ILUMINAÇÃO RUMANDO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO

O mapeamento das variáveis “lixo” e “iluminação elétrica” demonstra que o atendimento desses serviços está rumando para a universalização: em 2000, 81,43% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo e 93,02% tinham iluminação elétrica domiciliar.

Em relação à variável “lixo”, os números são altos, pois referem-se apenas ao lixo coletado por serviço de limpeza (urbano) e ao lixo coletado por serviço de limpeza ou queimado na propriedade (rural), não levando em conta a destinação final do lixo depois de coletado. A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, com dados fornecidos pelas próprias prefeituras, aponta uma progressiva melhora também na destinação do lixo: no ano 2000, 69% do lixo no Brasil era coletado e tinha um destino final adequado em aterros sanitários controlados, contra apenas 10,7% em 1991. A mesma pesquisa aponta que 30,5% do lixo ainda era destinado a lixões em 2000. É possível que tais dados estejam superestimados por informações inexatas eventualmente fornecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das condições de adequação dos domicílios nos municípios brasileiros mostra uma progressiva melhora nas condições. Na década de 1990, mesmo levando-se em conta a crise econômica, os dados mostram

evolução, embora mais concentrada nos locais que já apresentavam as melhores condições no início do período. No período 2000-2008, ao que parece, o processo de melhoras prosseguiu, até mesmo com alguma aceleração.

Esse avanço se deu sobre uma base bastante precária. Ainda há muito a melhorar: em 2000, apenas 33% dos domicílios do país eram totalmente adequados e 30,5 milhões de domicílios apresentavam alguma inadequação. Mesmo nas regiões em que as condições eram melhores, a situação não era boa: a média de adequação dos domicílios em 2000 era de 51,6% no Sudeste, 27,3% no Centro-Oeste e 26,2% no Sul.

Persistem as grandes diferenças regionais nas condições de adequação dos domicílios brasileiros. As regiões em melhores condições (Sudeste e Sul) apresentam uma tendência de espraiamento em direção ao Centro-Oeste, em uma expansão por adjacência, formando um bloco com domicílios em melhores condições que divide o país em dois, na altura do Paralelo 16. Levando em conta os Territórios de Estratégia adotados como ponto de partida no capítulo 1 deste Relatório, percebemos que o Território Centro-Oeste comporta-se de duas formas distintas: a parcela ao norte, mais precária e com características semelhantes às da Amazônia; ao sul, as melhores condições, que aparecem como vetor de expansão do Sudeste.

As áreas rurais, além de serem mais precárias do que as áreas urbanas, apresentaram evolução recente pior do que as áreas urbanas. Para compreender melhor esse espaço rural são necessárias investigações mais aprofundadas sobre os modos de viver, repensando o que é uma ocupação adequada desse espaço nos diferentes territórios.

Essa forte marca territorial indica que é preciso superar a leitura frequentemente feita a partir apenas do porte populacional dos municípios. Não é mais possível afirmar que os municípios pequenos ou pouco populosos (ou os metropolitanos, de outro lado) são os piores. A inserção regional e a posição em uma rede de cidades, assim como a própria qualidade e densidade de cada rede, parecem ser também bastante relevantes para explicar possibilidades maiores ou menores de obter boas condições domiciliares. Essa diferença territorial também se aplica às metrópoles, que se comportam de formas distintas conforme o território em que se inserem.

O quadro da evolução das condições dos domicílios na década de 1990 nos dá um alerta: naquela década, os maiores progressos tenderam a ocorrer nos municípios que já se encontravam em melhor situação, e as situações de estagnação ou regressão tenderam a ocorrer em municípios que iniciaram a década em piores condições. Reverter essa situação é um grande desafio para o desenvolvimento urbano do país e envolve, possivelmente, desconcentrar políticas, fortalecer a gestão urbana nos territórios estagnados e desenhar soluções que considerem as diferenças nos modos de viver desses outros territórios.